

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ANA MARIA DEL GROSSI FERREIRA MOTA

**DESVELANDO CONTROVÉRSIAS: “PROBLEMAS DE
AJUSTAMENTO” E “SAÚDE MENTAL” NOS ARQUIVOS
BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (1949-1968)**

CAMPO GRANDE – MS

2017

ANA MARIA DEL GROSSI FERREIRA MOTA

**DESVELANDO CONTROVÉRSIAS: “PROBLEMAS DE
AJUSTAMENTO” E “SAÚDE MENTAL” NOS ARQUIVOS
BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (1949-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco,
como requisito para a obtenção de grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda.

CAMPO GRANDE – MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

M917d Mota, Ana Maria Del Grossi Ferreira

Desvelando controvérsias: “problemas de ajustamento” e “saúde mental” nos arquivos brasileiros de psicotécnica (1949-1968)” / Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota; orientador Rodrigo Lopes Miranda.— 2017.

84 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

1. Ajustamento (Psicologia) 2. Psicologia – História 3. Saúde mental – História I. Miranda, Rodrigo Lopes II. Título.

CDD – 155.24

A dissertação apresentada por ANA MARIA DEL GROSSI FERREIRA MOTA, intitulada "DESVELANDO CONTROVÉRSIAS: "PROBLEMAS DE AJUSTAMENTO" E "SAÚDE MENTAL" NOS ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (1949-1968)", como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....^{APROVADA}

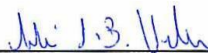
BANCA EXAMINADORA



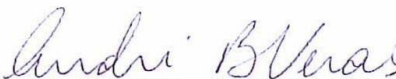
Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda - UCDB (orientador)



Prof. Dr. Paulo Coelho Castelo Branco – UFBA



Prof. Dr. André Augusto Borges Varella - UCDB



Prof. Dr. André Barciela Veras - UCDB

Campo Grande-MS, 08 de junho de 2017.

Dedico este trabalho a,

Deus, quem me capacitou e me inspirou em todo o processo;

Meus pais, José Carlos e Angela, pelo amor incondicional, sempre expresso em palavras e ações que me constroem;

Meu marido, José Eduardo, que gerou, gestou e pariu esse projeto de vida ao meu lado. Obrigada por cada palavra e gesto de amor, paciência e generosidade.

Ana Elena, minha pacotinha, que participou desde o ventre de cada pedacinho dessa história.

AMO CADA UM DE VOCÊS.

AGRADECIMENTOS

Acredito que não é apenas um agradecimento o que eu desejo expressar nesse momento, é muito mais, é na verdade um sentimento de zelo pela minha vida, que ao longo desse caminho percorrido foi expresso de diferentes maneiras e que nesse momento eu resumiria em: obrigada,

Deus, por ser bom, em todo tempo és bom.

Pai e mãe, seus abraços me alimentaram de esperanças, suas palavras de incentivo me fizeram acreditar que daria conta, o tempo que passaram com a Ana Elena me traziam paz e segurança.

Amor, meu esposo, seus abraços e ouvido acolheram minhas angústias e medos, sua paciência acalmou minha alma e seu sorriso colocou um sorriso em meu rosto também.

Filha, pelos soninhos prolongados que me permitiram sentar e escrever e pelos sorrisos que me alimentaram e renovaram o meu fôlego.

Sogra e sogra, pelo incentivo e apoio financeiro e emocional.

Rodrigo, meu orientador, suas palavras educadas, sua humildade, sua organização, sua agilidade, seu conhecimento e sua simplicidade me mostraram um modelo de mestre que eu quero seguir.

Elde Castro, minha amiga querida, sua gentileza e doçura me ajudou e acudiu em vários momentos. Sua simplicidade e inteligência me inspira.

Amigos do mestrado, nossos momentos divididos juntos me trouxeram crescimento e esperança.

Luciana, nossa secretária, sua gentileza e competência fez a diferença nos momentos em que as questões administrativas surgiram.

Enfim, obrigada, a cada um que me ajudou a viver intensamente essa fase da minha vida.

Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês, diz o Senhor, planos de fazê-los prosperar e não de lhes causar danos, planos de dar-lhes esperança e um futuro. Então vocês clamarão a mim, e eu os ouvirei. Vocês me procurarão e me clamarão quando me procurarem de todo coração. Jeremias 29:11-13

RESUMO

No Brasil, a Lei 4.119 de 1962, regulamentou a formação e prática da profissão do psicólogo, além de identificar como uma das funções do psicólogo a “solução de problemas de ajustamento”. Entre outros fatores, a relevância dessa pesquisa tem se apresentado diante da inexistência, desde a regulamentação da Lei 4.119/62 e ainda contemporânea, da menção aos “problemas de ajustamento”, uma vez que a Resolução CRP nº 03/2016, define uma prática e não um conceito. Buscar identificar o modelo de saberes que organizavam práticas e diagnóstico, assim identificando o que “caberia” ser “ajustado”, poderia clarificar a ausência de informações em torno dos “problemas de ajustamentos. Assim, o objetivo desta dissertação é descrever e analisar embates em torno de “problemas de ajustamento” e “saúde mental” em publicações do periódico Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP. O recorte temporal compreende o período em torno da regulamentação da profissão do psicólogo, no Brasil, de 1949 a 1968, além de ser o período de circulação dos ABP. A pesquisa é composta por três estudos, independentes, porém ligados entre si pela problemática. Para os dois primeiros estudos, *Desvelando Modelos de Saúde Mental e Doença Mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)* e “*Problemas de ajustamento*” e “*saúde mental*”: *controvérsias em torno de um objeto psicológico*, o critério de inclusão foi usar textos com a rubrica “saúde mental”, rubrica essa dada pelo próprio ABP, totalizando 11 textos usados como fonte e para o terceiro estudo, *Desvelando Estilos de Pensamento - ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)*, o critério de inclusão foi usar textos que continham em seus título critérios diagnósticos, orientados pelo DSM-I, totalizando 14 textos usados como fonte. Foi usado o método Historiográfico e de estratégias da história quantitativa, bibliometria e história digital para análise das fontes. A pesquisa apontou embates entre médicos e psicólogos no campo da saúde mental, tais embates diziam a respeito de diferentes visões de mundo, com ênfase na compreensão de um sujeito multideterminado sócio e culturalmente, disputas entre, pelo menos, dois modelos psiquiátricos, a saber “psiquiatria tradicional” e “nova psiquiatria”. Identificou ainda, controvérsias entre modelos de saberes em torno dos diagnósticos, realizados com base em critérios diagnósticos orientados pelo DSM-I e teorias psicanalíticas, uso de métodos e técnicas, entre elas o uso de testes de personalidade como Rorschach e PMK e técnicas de desenho, campo teórico orientado pela psicanálise e terapêuticas, as quais eram baseadas em tratamentos, reabilitação e prevenção. Concluímos que a pesquisa alcançou seu objetivo, identificando controvérsias em torno de “problemas de ajustamento” e “saúde mental”, porém não identificou elementos que definissem o termo. Parecia caber ao médico a “solução de problemas de ajustamento” à época.

Palavras-chave: história da psicologia; problemas de ajustamento; história da saúde mental.

ABSTRACT

In Brazil, Law 4,199 of 1962 regulated the training and practice of the psychologist's profession, as well as identifying one of the psychologist's functions as the "solution of adjustment disorder". Among other factors, the relevance of this research has been due to the lack of mention, since the regulation of Law 4,199 / 62 and still contemporary, of the "adjustment disorder", since Resolution CRP n. 03/2016 defines a practice and not a concept. To identify the model of knowledge that organized practices and diagnosis, thus identifying what "fit" to be "adjusted", could clarify the lack of information about the "problems of disorder". Thus, the purpose of this dissertation is to describe and analyze the clashes surrounding "adjustment disorder" and "mental health" in publications of the Arquivos Brasileiros de Psicotécnica - ABP. The temporal cut comprises the period around the regulation of the psychologist's profession, in Brazil, from 1949 to 1968, besides being the period of circulation of the ABP. The research is composed of three studies, independent, but interconnected by the problem. For the first two studies, *Unveiling Models of Mental Health and Mental Illness: Brazilian Archives of Psychology (1949-1968)* and *"Adjustment Problems" and "Mental Health": Controversies around a Psychological Object*, the inclusion criterion was to use Texts with the heading "mental health", a heading given by the ABP itself, totaling 11 texts used as source and for the third study, *Unveiling Styles of Thought - 'Diagnoses' in the Brazilian Archives of Psychotechnics (1949-1968)*, the criterion of Inclusion was to use texts that contained in their title diagnostic criteria, oriented by DSM-I, totaling 14 texts used as source. The method Historiographic and strategies of quantitative history, bibliometry and digital history were used to analyze the sources. The research pointed to clashes between physicians and psychologists in the field of mental health, such clashes were about different world views, with an emphasis on the understanding of a multi-subject socio-culturally determined, disputes between at least two psychiatric models, namely "Traditional psychiatry" and "new psychiatry". He also identified controversies between knowledge models around the diagnoses, based on DSM-I-oriented diagnostic criteria and psychoanalytic theories, the use of methods and techniques, including the use of personality tests such as Rorschach and PMK and design techniques, A theoretical field guided by psychoanalysis and therapies, which were based on treatments, rehabilitation and prevention. We conclude that the research reached its objective, identifying controversies around "adjustment disorder" and "mental health", but did not identify elements that defined the term, nevertheless seemed to fit to the physician the "solution of problems of adjustment" at the time.

Key-word: psychology history; adjustment disorder; history of mental health.

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1. Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – 1949-1968, classificados na categoria de “saúde mental”. **34**

Capítulo 2

Tabela 1. Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – 1949-1968, classificados na categoria de “saúde mental”	52
Tabela 2. Idiomas das referências bibliográficas mencionadas nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”	54
Tabela 3. Lapso de tempo entre a data da obra referenciada e sua menção nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”	55
Tabela 4. Tipos de publicação nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”	56

Capítulo 3

Tabela 1. Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – 1949-1968, classificados por critérios de diagnóstico, segundo o DSM I.....	69
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP	Arquivos Brasileiros de Psicotécnica
ABRAPA	Associação Brasileira de Psicologia Aplicada
ABRAPSO	Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social
CID	Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COJ	Centro de Orientação Juvenil
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DF	Distrito Federal
ESCT	Estudos Sociais de Ciências e Tecnologia
ESCT	História das Ciências e dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia
EUA	Estados Unidos da América
FVG	Faculdade Getúlio Vargas
GPeHP	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia
IJR	Instituto Jean-Jacques Rousseau
INSOP	Instituto Nacional de Seleção e Orientação Profissional
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
JFK	John F. Kennedy
LeHPSE	Laboratório de Estudos Históricos em Psicologia, Saúde e Educação
OMS	Organização Mundial Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMK	Psicodiagnóstico Miocinético
PUC – RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	14
2. APONTAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....	18
2.1 Desvelando a História: historiografia e História da Psicologia.....	19
2.2 História das Ciências: possibilidade teórica-metodológica.....	21
2.2.1 Controvérsias.....	21
2.2.2. Coletivos de Pensamento e Estilo de Pensamento.....	22
2.3 Procedimentos Metodológicos.....	23
2.3.1 História quantitativa.....	25
2.3.2 Bibliometria.....	25
2.3.3 História Digital.....	26
2.3.4 Fontes Textuais.....	27
3. CAPÍTULO 1.....	29
Desvelando Modelo de Saúde Mental e Doença Mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968).....	30
Introdução.....	31
Arquivos Brasileiros de Psicotécnica: “espaço” de divulgação e promoção de conhecimento.....	32
Por um sujeito total: indivíduo e coletividade.....	35
Por uma nova Psiquiatria: Psiquiatria dinâmica.....	37
Por um novo espaço de atendimento: hospitalização e comunidade.....	39
Considerações Finais	42
Referências Bibliográficas.....	44
4. CAPÍTULO 2.....	46
“Problemas de ajustamento” e “saúde mental”: controvérsias em torno de um objeto psicológico.....	47
O Instituto de Seleção e Orientação Profissional, a Associação Brasileira de Psicotécnica e os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica	50
Explorando Comunidades Científicas: os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.....	51
Quem eles eram?.....	52
O que eles liam?.....	53
Sobre o que eles falavam?.....	56
Considerações Finais.....	59
Referências.....	60
5. CAPÍTULO 3.....	65

Desvelando Estilos de Pensamentos – ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968).....	66
Explorando os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.....	68
Coletivos de pensamento: desvelando autorias.....	70
Diagnósticos: desvelando os estilos de pensamentos.....	71
Considerações Finais.....	76
Referências	77
6. CONCLUSÃO.....	80
7.BIBLIOGRAFIA.....	81
7.1 Referências.....	84
7.2 Fontes	91

Esta dissertação foi realizada ao longo de um processo de formação, com a participação de alguns colaboradores na produção dos capítulos, tanto na captação e alimentação das planilhas como na análise e descrição dos dados. A colaboração efetiva do meu orientador e da colega Elde Castro, tornou-se imprescindível para a escolha da escrita deste texto na primeira pessoa do plural (nós), permitindo a todos os sujeitos-pesquisadores, de forma direta ou indireta, a inclusão de sua parcela de reconhecimento e agradecimento pelo envolvimento no processo de produção da pesquisa, nos últimos anos.

No entanto, faz-se importante clarificar a participação de pelo menos um desses sujeitos-pesquisadores, a saber, a autora dessa dissertação. Sou psicóloga de formação, pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, com especializações em Psicologia Clínica em Gestalt-terapia, Docência Superior e em Saúde Mental. Meu interesse pela Saúde Mental surgiu durante a formação da graduação, por meio dos estágios supervisionados em diversos estabelecimentos que tratam da saúde mental, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul – MS, bem como na atividade prática dos estágios clínicos, durante quatro anos, na Clínica Escola de Psicologia, com atendimentos oferecidos à comunidade. Posteriormente, a saúde mental continuou sendo um “objeto de desejo”, na minha prática Clínica profissional e como professora de disciplinas em Psicologia, na Universidade UNIDERP. Um olhar menos patológico e mais humanizado em relação à doença mental foi o que me influenciou, ao longo desses anos, a conhecer mais sobre a saúde mental e a me dedicar a essa área. Assim, surgiu meu interesse em analisar como se deu a construção da saúde mental, no Brasil notadamente a “problemática” em torno dos problemas de ajustamento, objeto de estudo da Psicologia, por meio da lei nº. 4119. Foram escolhidos, para análise, os artigos publicados no periódico dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, durante seu período de circulação, de 1949 a 1968, data que coincide com o período de regulamentação da profissão do psicólogo, no Brasil. A leitura dos dados foi feita por meio do olhar da historiografia, trabalhado por uma psicóloga que se apropriou da História das Ciências, mais especificamente da História da Psicologia.

A escolha de organização da pesquisa consiste em um formato cada vez mais comum, nos programas de Pós-Graduação, no Brasil, o qual valoriza a publicação de trabalhos acadêmicos. Assim, nosso trabalho é composto por uma compilação de estudos diversos, que puderam analisar diferentes aspectos do objeto escolhido. Desta forma, o trabalho é composto por: esta “Apresentação”, um capítulo introdutório intitulado “Apontamentos teóricos e conceituais”, um artigo, dois capítulos de livros, os quais já foram publicados e uma

“Conclusão”. Os “Apontamentos teóricos e conceituais” tem por objetivo apresentar uma revisão narrativa de literatura sobre Historiografia (BROŽEK; MASSIMI, 1998), História da Psicologia (RIVERO, et al., 1996), História Quantitativa (BROŽEK, 1998) e Bibliometria (BUFREM; PRATES, 2005), *coletivos de pensamento e estilos de pensamento* (FLECK, 2010 [1935]), *controvérsias* (FERREIRA, 2013) e história digital (GREEN, 2016.) Lembrando o fato de ser uma psicóloga se aventurando no campo da História, sinto-me obrigada a clarificar a forma como a História das Ciências permite que uma psicóloga-historiadora se apropriasse de instrumentos que permitiram fazer História da Psicologia, utilizando objetos do campo da Psicologia, a saber, “saúde mental” e “problemas de ajustamento”.

O primeiro capítulo, intitulado *Desvelando Modelo de Saúde Mental e Doença Mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)*. O artigo analisou onze artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP, no período de 1949-1968, com a rubrica de “saúde mental”, a fim analisar conhecimentos e práticas que influenciavam o modelo de saúde mental e de doença mental, no período mencionado. Os resultados sugeriram haver formas distintas de organização de saberes e práticas, à época, relacionados a modelos psiquiátricos, visões de mundo, noção de saúde e doença mental e práticas terapêuticas.

O segundo capítulo, intitulado *“Problemas de ajustamento” e “saúde mental”: controvérsias em torno de um objeto psicológico* (MOTA; CASTRO; MIRANDA, 2016) publicado no livro *Políticas públicas, cultura & produções sociais*. O capítulo analisou onze artigos nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP, no período de 1949-1968, com a rubrica de “saúde mental”, como forma de tatear embates entre comunidades de médicos e de psicólogos. Os resultados apontaram a existência de controvérsias entre coletivos de médicos e psicólogos, as quais giravam em torno de objetos como “saúde mental” e “doença mental” e questões de gênero e formação profissional. Abrindo possibilidades de questionamentos sobre elementos que pudessem definir problemas de ajustamento.

O terceiro capítulo, intitulado *“Desvelando Estilos de Pensamento - ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)”* (MOTA; MIRANDA, 2017), foi publicado no livro *Psicologia, educação e o debate ambiental: questões históricas e contemporâneas*. Foram analisados quatorze artigos que continham, em seus títulos, critérios diagnósticos orientados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM I, como forma de tatear possíveis controvérsias de variados estilos de pensamentos, produzidos por coletivos de pensamentos a respeito da forma que organizavam os saberes sobre diagnósticos. Os resultados apontaram a existência de coletivos, os quais puderam ser

analisados por meio de diferentes estilos, produzidos no período de 1949-1968 e descritos por meio de três eixos: a) diagnósticos; b) campo teórico e c) métodos e técnicas de intervenção.

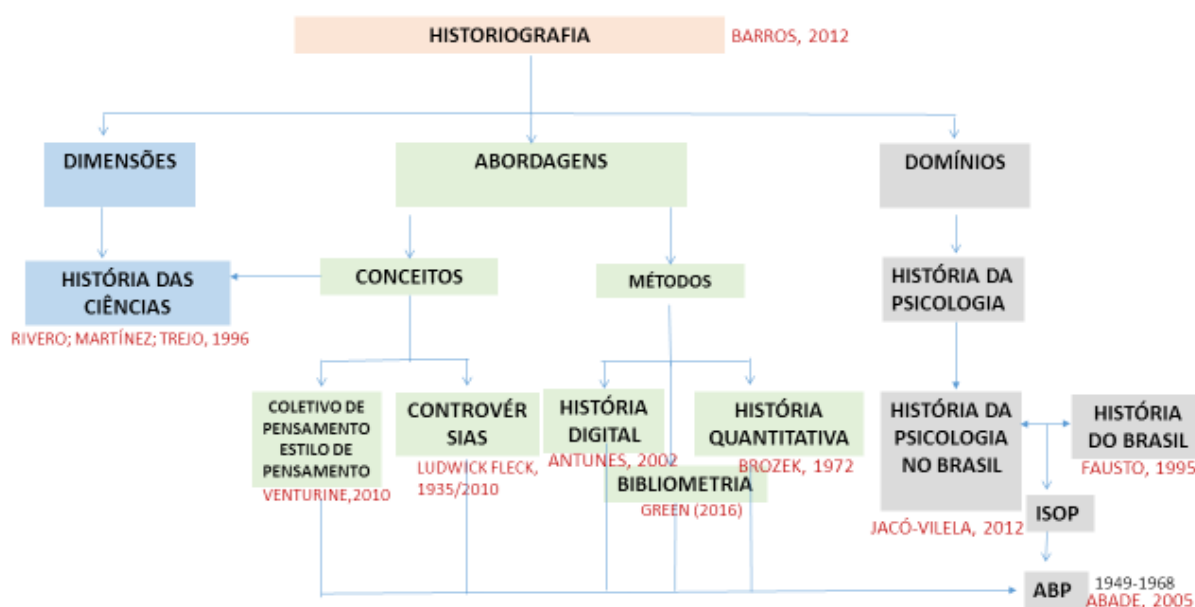
A produção dos capítulos 1, 2 e 3, ressaltamos, é independente e cada qual possui introdução, desenvolvimento, conclusão e referências próprias e distintas. As referências estão congregadas no final da dissertação, divididas em referências e fonte. Os capítulos conectam-se pelo objeto de estudo, problemática e proposta historiográfica. Ambos já foram publicados e, portanto a formatação será mantida conforme sua submissão aos veículos de publicação.

Entre outros fatores, a relevância da pesquisa tem se apresentado diante da inexistência, desde a regulamentação da Lei nº 4.119 e ainda contemporânea, da menção aos *problemas de ajustamento* em legislação referente à profissão de psicólogo. O objeto *problemas de ajustamento* pode ser entendido como pertencente ao campo “Psi”, a partir da referida Lei. No entanto, ele tem sido utilizado como objeto comum de diferentes profissões, como Medicina e Psiquiatria, produzindo um cenário de aparente controvérsias, no campo da Saúde Mental. Tais controvérsias aparecem, ao longo da história, a partir de diferentes análises, tais como na elaboração de diagnósticos e uso de tratamentos terapêuticos, no que diz respeito à “saúde mental” e à “doença mental”. Buscar identificar modelo de saberes que organizavam visão de mundo, práticas e diagnósticos, assim identificando o que “caberia” ser “ajustado”, poderia clarificar a ausência de informações sobre *problemas de ajustamentos* e, consequentemente, desvelar os embates da época. .

Diante do exposto, esta dissertação analisou, no período em torno da regulamentação da profissão do psicólogo, de 1949 a 1968, embates em torno de *problemas de ajustamento* e *saúde mental* publicados no periódico Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP. Os resultados apontaram embates entre médicos e psicólogos, visões de mundo, modelos psiquiátricos. Identificou-se modelos de saberes concernentes aos diagnósticos, terapêuticas, uso de métodos e técnicas e campo teórico. Apesar disso, não identificamos elementos que definissem o termo, porém, parece caber ao médico a “solução de problemas de ajustamento”

2. APONTAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

“História não é simplesmente uma matéria, que tem que ser aprendida, é um método que por ele podemos explicar nosso mundo” (RIVERO, et al., 1996, p. 40). Baseando-nos nesta afirmação, entendemos a História como um campo de estudo sistemático, que possui diferentes instrumentos e métodos, os quais, em conjunto, denominamos Historiografia. Este capítulo propõe-se a apresentar um conjunto de características, teóricas e instrumentais, que permite percorrer o caminho historiográfico desta dissertação. Para sua compreensão, entendemos ser importante expor um entroncamento, a saber: História, História das Ciências e História da Psicologia. Assim, esta pesquisa se apropria das ferramentas teórico-metodológicas da Historiografia, inserindo-se no campo da História das Ciências, especificamente no campo temático da História da Psicologia. Tal entroncamento permitiu o uso de estratégias pertencentes a abordagem da História Quantitativa (BROŽEK, 1998) e da Bibliometria (BUFREM; PRATES, 2005), além de elementos de uma História Digital (GREEN, 2016). Ela ainda se apropria de conceitos teóricos das História das Ciências (RIVERO, et al., 1996) e dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), respectivamente, de *coletivos de pensamento* e *estilos de pensamento* (FLECK, 2010 [1935]) e *controvérsias* (FERREIRA, 2013). Para clarificar a descrição, usamos o fluxograma abaixo:



2.1 Desvelando a História: Historiografia e História da Psicologia

A História não deve ser compreendida como mera transcrição do passado, que se limita a recuperar e reordenar aquilo que ocorreu. História pode ser entendida como uma

disciplina empírica, um processo dinâmico entre o historiador e os fatos, que produz uma interlocução entre passado e presente. História não existe por si mesma, ela é construída a partir do olhar do historiador (RIVERO, et al., 1996). Configurando o que seria um conjunto de conhecimentos que orientam o estudo da História, recorremos a Brožek e Massimi (1998):

A historiografia requer a coordenação da evidência, com o objetivo de produzir um relato coerente de uma faceta do passado. Este fornece a interpretação, uma tentativa de explanação. O historiador busca as relações entre os eventos. Uma síntese histórica deve ter raízes nos fatos, mas é preciso ir além da matéria-prima, para ver e apresentar os fatos na perspectiva (p.5).

Assim, a História seria a análise dos fatos, das evidências do passado, com a interpretação do historiador. Nesta direção, entendendo Historiografia como o campo que estuda a História, ela nos ajuda a responder um conjunto de questões: Quem fez algo? Quando fez? Onde fez? Por que fez? Para tanto, ela compreende etapas como, por exemplo, a coleta, seleção e análise dos dados sob uma perspectiva teórica específica (CRUZ, 2006), o que possibilita ao historiador uma produção e uma narrativa documentada e plausível do acontecido em um determinado espaço de tempo, sem “violentar” moralmente o passado. Para tanto, ele deverá observar atentamente o modo de selecionar as técnicas e seus problemas e objetivos (RIVERO, et al., 1996).

Essa construção da narrativa do historiador é possível por meio do uso de vestígios de um passado, empregados como matéria prima, quais sejam: os documentos (textos) e monumentos (restos materiais), que constituem as fontes dos dados empíricos, utilizadas para produzir seu estudo (LE GOFF, 1990). Olhar de forma crítica para as fontes é dever do historiador. Assim, olhar criticamente para o objeto da Historiografia é percebê-lo como algo não natural, que não está posto; é entender que ele é resultado da construção humana (DANZIGER, 1984). Essas fontes podem ser categorizadas em, pelo menos, dois tipos: fontes primárias e fontes secundárias (CAMPOS, 1998). As fontes primárias são os produtos da história. Elas se manifestam por trabalhos, estudos – publicados, ou não -, pela memória de pessoas que participaram de alguma forma do objeto estudado, etc. As fontes secundárias, por sua vez, são os materiais constituídos das fontes primárias, que podem ter um viés de quem produziu aquela fonte. Para o nosso trabalho, utilizamos fontes primárias, textuais: os textos dos ABP.

Se até aqui entendemos a História como uma ciência que administra procedimentos rigorosos para a geração de dados, podemos inferir que a Historiografia empresta seu conhecimento para a análise de dados variados como política, cultura, ciências e outros,

compreendendo, então, uma História Política, uma História Cultural, uma História das Ciências, etc. (BARROS, 2007). Esta última permite que apreciemos as ciências como um conjunto de regras básicas que produzem um discurso descritivo e explicativo de fatos empíricos que se relacionam com outras entidades, de forma lógica (RIVERO, et al., 1996). Essa definição abre a possibilidade de compreender a Psicologia como uma ciência, o que permitiria, também, construirmos a História da Psicologia, considerando-a como um campo temático da História, bem como um saber que pertence ao domínio da História das Ciências. Segundo os mencionados, a História da Psicologia é uma disciplina histórica que procura compreender elementos que deram origem à disciplina e problematizar questões fundamentais de como foi construído seu passado. Da mesma forma, ela nos permite compreender atividades concretas, práticas sociais e seus resultados, em relação ao campo “Psi”. Os autores avançam, mostrando que a História da Psicologia, ainda, seria uma História Intelectual, por também se “interessar pela produção distribuição e consumo dos resultados do trabalho intelectual das pessoas, dos grupos e das organizações dedicados a gerarem produtos simbólicos” (p. 20) assim como também é uma História Social, “pois é uma história produzida por pessoas, são os seres humanos quem falam, escrevem, leem e em consequência pretende descrever e explicar um determinado saber” (p. 21).

2.2 História das Ciências: possibilidade teórica-metodológica

Partindo da noção de História da Psicologia como História das Ciências (RIVERO, et al., 1996), abrem-se possibilidades teórico-metodológicas, apoiadas na História das Ciências, para ler o campo da Psicologia. Nessa direção, dois foram os conceitos usados nesta pesquisa: *controvérsias*, advindo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia -ESTC (FERREIRA, 2013) e a díade *coletivo de pensamento e estilo de pensamento* (FLECK, 2010 [1935]).

2.2.1 Controvérsias

Fatos científicos podem ser considerados construções coletivas, fixadas por meio de alianças entre atores (humanos e não humanos), formando uma complexa rede. As controvérsias aparecem na vida coletiva em que os conflitos podem surgir. Essas tensões envolvem todos os tipos de atores e não apenas os seres e grupos humanos, mas elementos naturais, biológicos, produtos industriais, econômicos, instituições, artefatos e assim por

diante. Os atores tendem a discordar sobre qualquer coisa. Por tal motivo as questões científicas são tão difíceis de se resolver (FERREIRA, 2013). De forma simples e conceitual, controvérsias poderiam ser compreendidas como questões que ainda não produziram consenso, sobre as quais os atores discordam. Funcionam como um espaço de conflito e negociação entre eles. Se as questões e tensões se estabilizam, as controvérsias deixam de existir, até que um novo conflito surja, reabrindo as discussões e colocando os questionamentos, novamente, em evidência. Nas palavras de Venturini (2010), “deixando de lado a referência à ciência e tecnologia a definição de controvérsia é bastante simples: controvérsias são situações onde os atores discordam (ou melhor, não chegam a acordo sobre o seu desacordo)” (p. 04). Nessa direção, nossa pesquisa operou com o conceito de controvérsias para refletir sobre os embates que emergiam entre médicos e psicólogos, em torno dos “problemas de ajustamento”, no que refere a diagnósticos e condutas terapêuticas, campo teórico, métodos e técnicas, na área da saúde mental. Ou, ainda, sobre os desacordos sugeridos pelos autores, concernentes aos diferentes modelos de saúde e doenças e as respectivas práticas terapêuticas advindas desses desacordos.

2.2.2. Coletivos de pensamento e Estilo de pensamento

O pensamento de Ludwik Fleck pressupõe um caráter social e histórico à construção do objeto científico. Segundo o autor, não existe uma verdade absoluta no que diz respeito a conceitos científicos. Os conceitos são construídos historicamente e dependem da evolução de ideias antigas que foram transformadas, ao longo do tempo. Um fato (ou objeto) científico depende dos avanços científicos por determinada comunidade, em certo tempo histórico. As ideias modificam-se, aos poucos, e vão sofrendo interpretações, de acordo com o pensamento em evidência, na atualidade temporal. O pesquisador é influenciado por um condicionamento histórico cultural, já pré-conhecido, pré-formado, de origem coletiva e que nunca é individual (FLECK, 2010 [1935]). Assim, podemos entender que as mudanças de pensamentos resultam em fatos novos, os quais produzem novos entendimentos. Nessa vertente, Pfuetzenreiter (2002), comenta: “somente é possível compreender o estágio do desenvolvimento da ciência atual se for observado o que historicamente condicionou e a levou a este estado” (p. 05).

O conhecimento é resultado sócio-histórico de um coletivo, construído pelas concepções dos cientistas que interpretaram os dados e modelaram a realidade, de acordo com a visão do momento e exercendo influência sobre a realidade social. Segundo Löwy (1994),

Fleck propõe dois instrumentos conceituais para demonstrar o conhecimento construído coletivamente, a saber: *estilos de pensamentos* e *coletivos de pensamento*, sendo o primeiro um conceito que se refere a “pressupostos de pensamentos sobre os quais os coletivos de pensamentos constroem seu edifício de saber” e o segundo, “a unidade social da comunidade de cientistas de uma disciplina” (p.16).

O entendimento supra-aludido nos possibilita considerar essa pesquisa e entender que os objetos (ou fatos) *problema de ajustamento* e *saúde mental* são conceitos que estavam em construção social, em um dado momento histórico-cultural. Deles, os *estilos de pensamentos* se desdobram, como, por exemplo, a análise sobre diagnósticos, as práticas terapêuticas e outros. Estas, por sua vez, estavam em discussão por diferentes *coletivos de pensamentos*, médicos e psicólogos.

2.3 Procedimentos Metodológicos

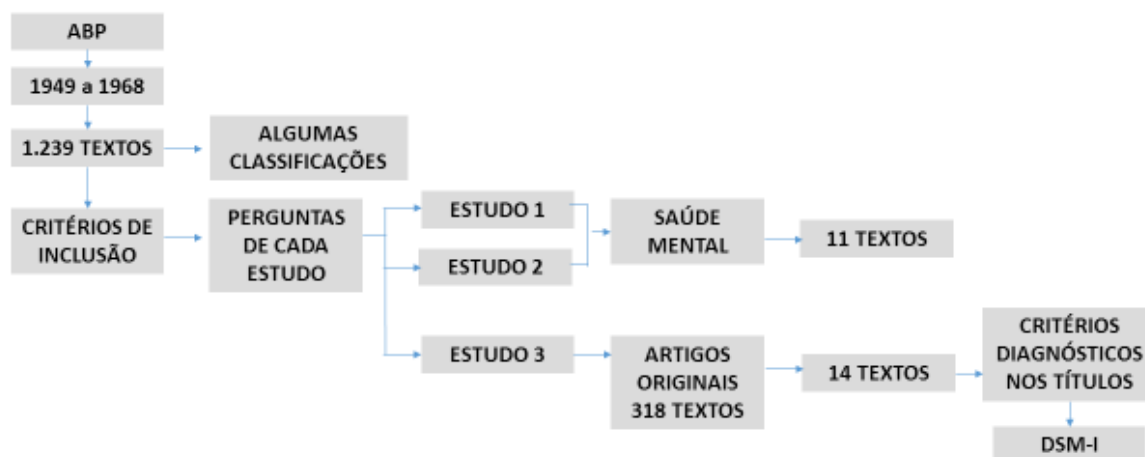
De acordo com Massimi (2010), “[...] o historiador das ciências utiliza os mesmos recursos metodológicos de todo historiador: a saber, as fontes e a análise interpretativa” (p.103). Esta passagem nos propicia clarificar o entendimento a respeito do caminho metodológico percorrido nesta dissertação. Utilizamos o método historiográfico como eixo de nossa pesquisa, da seguinte maneira: (a) as fontes documentais primárias e os textos dos ABP constituíram nossa matéria-prima para a construção da produção narrativa e (b) a análise interpretativa das fontes, que foi realizada de forma exaustiva. Para tanto, fez-se uso de estratégias da história quantitativa (BROŽEK, 1998), da bibliometria (BUFREM; PRATES, 2005) e da história digital (GREEN, 2016)”

As fontes foram acessadas por meio da biblioteca digital da Faculdade Getúlio Vargas – FGV. A disponibilidade de acesso aos exemplares dos ABP, *online*, na íntegra, permitiu um acesso rápido e prático às fontes. O recorte temporal da pesquisa é de 1949 a 1968. Os textos publicados, nesse período, foram capturados da plataforma digital e tabulados, no Microsoft Excel, a partir de algumas características: volume, número, ano, conteúdo, título, autor, páginas e link. Isso permitiu diferentes formas de arranjos e combinações de trabalhar sobre a fonte. Os artigos capturados foram, ainda, organizados de acordo com sua tipologia, atribuída pelo próprio periódico. Tal classificação envolveu bibliografia, noticiário, sumário, artigos originais, diversos, necrológicos, estudos de caso, homenagens póstumas, *in memoriam*, nota da redação, sumário e ultimas conferências. Isso posto, utilizamo-nos dos critérios de inclusão das fontes, de acordo com as perguntas elaboradas em cada estudo realizado. Assim,

nos dois primeiros estudos, *Desvelando Modelo de Saúde Mental e Doença Mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)* e “*Problemas de ajustamento*” e “*saúde mental*”: *controvérsias em torno de um objeto psicológico*, trabalhamos apenas com artigos originais, classificados pelo próprio periódico como pertencentes à categoria Saúde Mental (ABP, 1969). Estas fontes nos ajudaram a responder, respectivamente, às perguntas: “Quais conhecimentos e práticas influenciavam o modelo de saúde mental e de doença mental, no período de 1949-1968?” e “Quais elementos estavam presentes nas produções de médicos e de psicólogos?”. No terceiro estudo, *Desvelando Estilos de Pensamentos – ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)*, trabalhamos com quatorze artigos que continham, em seus títulos, critérios diagnósticos orientados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM I. Por seu turno, tais fontes nos propiciaram responder: “Como se organizavam os saberes sobre diagnósticos, produzidos pelos coletivos de pensamentos?”.

Para clarificar os procedimentos metodológicos descritos acima, usamos o fluxograma abaixo.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA



Dessa forma, contamos com 1.239 textos publicados, nos ABP de 1949-1968, os quais formavam nossas fontes de pesquisa. No entanto, empregamos critérios de inclusão das fontes, de acordo com as perguntas feitas em cada estudo realizado. Para os primeiros dois estudos, utilizamos apenas 11 textos, os quais foram categorizados pelo próprio ABP, com a rubrica de Saúde Mental. Para o terceiro estudo, trabalhamos com os artigos originais,

perfazendo um total de 318 textos. Deles, fizemos uso, apenas, de 14 textos, que continham, em seus títulos, critérios diagnósticos orientados pelo DSM-I.

2.3.1 História Quantitativa

As fontes, sejam elas primárias ou secundárias, são a matéria-prima da produção historiográfica. Campos (1998) identificam, pelo menos, quatro formas de construir a narrativa historiográfica: a descritiva, a quantitativa, a social e a psicossocial. Destas, enfatizarei a abordagem quantitativa, o mecanismo primordial aplicado nesta pesquisa. O uso da abordagem quantitativa já tem sido utilizado em perspectivas historiográficas, como aponta Cruz (2008, p.60):

a quantificação aponta para os aspectos qualitativos da produção de conhecimento em contextos e períodos específicos. Como, por exemplo, o aumento ou diminuição de pesquisas em determinadas áreas, a adoção e/ou abandono de metodologia e orientações teóricas, dentre outros.

Segundo Campos (2008), a abordagem quantitativa, empregada na Historiografia, é uma metodologia objetiva na avaliação do impacto de determinados autores, de suas publicações ou do aparecimento de certas instituições sobre o desenvolvimento científico. No entanto, é preciso cautela para não realizar a exposição de quantidade ou informações numéricas, bem como não incorrer em uma história descritiva, apenas. É um erro imaginar que o número possa ser exposto como um dado bruto, uma vez que ele representa uma construção feita pelo historiador, que escolhe, ordena e organiza o conteúdo em torno do número, dando sentido e forma ao dado (BARROS, 2012). O emprego da história quantitativa permitiu realizar a pesquisa dos dois capítulos de livros, já publicados, nos quais analisamos aspectos qualitativos de produções e conhecimentos, nos periódicos ABP, tais como orientações teóricas, gênero e produções de autores e outros.

2.3.2 Bibliometria

A primeira definição do termo apareceu com a finalidade de designar uma parte da bibliografia “[...] que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro” (OTLET, 1986, p.20). Para Bufrem e Prates (2005), por volta da década de 1960, o termo pareceu ser substituído pela palavra bibliometria, definindo-a como “[...] a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação” (p.11). Em 1992, segundo Sengupta, “[...] a bibliometria adquire o significado técnico relacionado à mensuração e

possibilidade de interconexão de aspectos relativos à comunicação” (BUFREM; PRATES, 2005, p. 11). Por volta de 1969, começou a circular um esboço sobre o conjunto de técnicas que a bibliometria oferece. Para Cordeiro (2009), seria “um conjunto de técnicas e procedimentos úteis para quantificar e analisar literatura científica. Esses procedimentos são amplamente utilizados para quantificar a produtividade de autores, periódicos profissionais e disciplinas acadêmicas. Entretanto, eles também são úteis para analisar os processos e a natureza das ciências, ou seja, eles são úteis para analisar a estrutura, a atividade e a evolução de uma dada disciplina” (p. 24).

Técnicas bibliométricas parecem atender à Historiografia em alguns aspectos, como, por exemplo: (a) na análise de conteúdos; (b) na identificação de tendências de pesquisa e no crescimento do conhecimento, em diferentes disciplinas; (c) na cobertura de revistas, identificando os autores e os usuários das diferentes áreas de interesse, os principais periódicos e as tendências de publicação, etc. Nesta direção, a presente pesquisa se apropriou da bibliometria para a produção de dados autorais, publicações, seu espaço de tempo, o idioma utilizado como referência e outros. Cordeiro (2009) chama a atenção, ainda, para o uso de dados bibliográficos disponíveis, em forma *online*, os quais parecem ser, hoje, umas das principais fontes de informação utilizadas em estudos bibliométricos, como foi o caso da disponibilidade *online* das fontes desta pesquisa, uma vez que o periódico estudado está disponível, na íntegra, no sistema de biblioteca digital da FGV.

2.3.3 História Digital

A História Digital é uma forma de utilizar a internet para ter acesso aos documentos, fontes (primárias ou secundárias) e, posteriormente, ser usada para divulgar e compartilhar os resultados. Essa disciplina utiliza dos recursos que o mundo digital oferece, como os bancos de dados e as redes sociais, que possibilitam criar um conhecimento histórico, como se depreende da fala de Green (2016): “um nível mais elevado de contribuição intelectual, pode-se usar bancos de dados digitais e revelar e interpretar novos aspectos dos dados (p. 210).” A História Digital pode ser aplicada de forma mais sofisticada na criação de bancos de dados que ajudam a buscar novos dados e, em seguida, no uso de outra ferramenta para analisá-los, complementando outras formas de acesso às fontes já citadas pela história. Green (2016) chama a atenção para a quantidade de dados que podem ser produzidos, analisados e manipulados, expressando uma diferença qualitativa, nos resultados das pesquisas, assim como implementamos, nesta pesquisa, ao acessar o acervo da biblioteca *on line*, dos ABP.

2.3.4 Fontes Textuais

Esta pesquisa serviu-se de fontes primárias, por meio dos textos publicados, nos ABP. Cruz (2008) sinaliza ser possível verificar que a Historiografia utiliza, dentre outros instrumentos, a recuperação de documentos (texto), como recurso de captação do passado. Esses documentos podem ser, entre tantos outros, os periódicos científicos, assim como se conclui da fala do autor: “a escolha do periódico como fonte principal para uma análise da produção de uma comunidade científica fundamenta-se, portanto, na crença de que essa forma de publicação constitui-se em um dos mais reconhecidos meios de comunicação e divulgação científica” (p. 56). O autor continua, avaliando a importância do periódico como registro científico, por intermédio dos artigos produzidos, e revisados, pela comunidade científica. Nesse sentido,

Não há uma definição precisa do que seja exatamente um periódico, mas há certa concordância de que se trate de uma publicação seriada, com um título contínuo, editado em intervalos regulares e, em alguns casos, irregulares, mas sempre inferior a um ano. Um dos principais motivos que levam o artigo a ser considerado fonte de conhecimento na comunicação formal da ciência é o fato de ele passar por um processo de avaliação (CRUZ, 2008, p. 57)

O periódico científico e os artigos publicados são vistos como alguns dos principais veículos de comunicação formal da Ciência. Eles nos permitem, então, investigar o desenvolvimento de uma comunidade científica e, também, criam possibilidades de análise de resultados de trabalhos acadêmicos e produções científicas. O periódico, sendo uma fonte valiosa para a análise de produções científicas, pode ser utilizado na pesquisa historiográfica como fonte de recuperação de documentos, constituindo um recurso de captação do passado (BROŽEK; MASSIMI, 1998). Com efeito, é possível analisar, por exemplo, algumas publicações que se valeram do uso da análise de periódicos científicos (GREEN; FEINERER; BURMAN, 2015; YOUNG; GREEN, 2013; SILVA, 2013; GUEDES; GINSBERG, 2005). Tais artigos utilizam a Historiografia para analisar as produções de um determinado periódico, no sentido de investigar eventos e momentos que abordam a história de um tema ou ciência específica, ajudando na construção do entendimento do presente. Nas produções brasileiras, identificamos a análise de elaborações de periódicos, dissertações e teses. Seguindo a diretriz mencionada, os ABP, nesta pesquisa, são fontes primárias que nos

permitiram investigar elementos do passado que nos ajudaram a compreender os embates sobre os *problemas de ajustamentos e saúde mental*, no período de 1949-19968.

Desvelando Modelo de Saúde Mental e Doença Mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)

Unveiling mental health and mental disease models: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)¹

Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

Especialista em Saúde Mental. Professora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, Brasil. E-mail:

amdelgrossi@gmail.com.

Rodrigo Lopes Miranda

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Brasil. E-mail: rlmiranda@ucdb.br

Resumo

O objetivo deste artigo é descrever e analisar conhecimentos e práticas que influenciavam o modelo de saúde mental e de doença mental, no Brasil. Para tal, foram analisados artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, no período de 1949 a 1968, por meio do uso de estratégias de bibliometria. Os resultados sugerem controvérsias sobre os modelos de saúde mental e doença mental. Sugerem, ainda, embates entre dois modelos psiquiátricos: a “nova psiquiatria”, que estaria em construção e a “psiquiatria tradicional”, modelos estes que produziam diferentes práticas terapêuticas. Finalmente, os “problemas de ajustamento” poderiam ter relação com as práticas terapêuticas, como a reabilitação, uma vez que remetem a um modelo de mundo em que indivíduo e coletividade são inseparáveis; portanto, um meio adoecido produziria um sujeito desajustado. Assim, caberia, para a “nova psiquiatria”, reajustar esse indivíduo à norma social como forma de reduzir, ou sanar, o adoecimento.

Palavras-chave: história da psicologia; arquivos brasileiros de psicotécnica; modelo de saúde mental e doença mental.

Abstract

This abstract aims to describe and analyze knowledge and practices which affect mental health model and mental disease model, in Brazil. For this purpose, articles published in the Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, dating between 1949 and 1968. Were analyzed, using bibliometrics techniques. Results show controversies between mental health models and mental disease models, and furthermore, present conflicts between “new psychiatrist” model, currently in development, and “traditional psychiatrist” model, each one producing different therapeutic techniques. At last, adjustment disorder could have relationship with therapeutic techniques such as rehabilitation, once they refer to a model where subject and collectivity are inseparable, therefore, a troubled environment would produce a troubled subject, thus, readjusting this subject to social norm would provide a way to reduce or fully recover the damage.

Key-words: psychology history; brazilian archives of psychotechnics; mental health and mental disease model.

¹ As normas deste artigo respeitam o pedido do veículo em que será publicado, revista Contextos Clínicos – UNISINOS (conceito B1).

Introdução

A Lei nº 4.119, de agosto de 1962, dispõe sobre a formação em Psicologia e o exercício profissional do psicólogo. Dentre as atividades privativas do psicólogo, situam-se o uso de métodos e técnicas psicológicas para o diagnóstico e a solução de problemas de ajustamento. Da data de criação da Lei, aos dias atuais, procurar a definição de “problemas de ajustamento” leva-nos a esbarrar na definição da prática e, não, do conceito expresso em (Conselho Federal de Psicologia, 2007, p.2-3) “SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE AJUSTAMENTO - é o processo que propicia condições de auto-realização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação”. Como pode uma profissão ter seu exercício baseado na solução de uma problemática desconhecida, dentro dos conhecimentos e práticas psicológicas, no Brasil?

Nas palavras de Engel (1980, p. 535), “a prática médica, na sua forma de abordar os pacientes e os problemas que eles apresentam, é influenciada pelo modelo em torno dos quais os seus conhecimentos estão organizados”. O autor sugere dois modelos de saúde e de doença que pareciam estar presentes na década de 1970, organizados por diferentes visões de mundo. Na mesma direção, Ribeiro (2011) aponta uma evolução histórica da noção de saúde e doença, sugerindo cinco grandes períodos, a saber: 1) pré-científico, 2) científico, 3) primeira revolução da saúde, 4) segunda revolução da saúde e 5) terceira evolução da saúde. O autor sugere que cada período influenciou a organização de um modelo de saúde e doença, à época. O recorte temporal analisado, nesta pesquisa, coincide com o momento histórico chamado por Ribeiro de “primeira revolução da saúde”, baseado em um modelo biomédico, com foco na prevenção das doenças. Momento esse demarcado pela regulamentação da profissão do psicólogo e da mudança da noção de saúde e doença, que ocorreu na década de 1970. Para o autor, no início da década de 1970 iniciou-se a segunda revolução da saúde, cujo modelo ainda era biomédico, agora com foco na multicausalidade e na saúde. Esses autores nos sugerem que um olhar para as práticas e conhecimentos nos permitiria conhecer modelos de saúde e doenças. Parece ter havido, ainda, uma mudança na noção de saúde e doença, na década de 1970, iniciando uma discussão sobre o modelo, à época. Analisar possíveis noções de saúde e doença poderia identificar o que “caberia” ser “ajustado”, clarificando a ausência de informações, em torno dos “problemas de ajustamentos”.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é descrever e analisar conhecimentos e práticas que influenciaram os modelos de saúde mental e de doença mental, no período de

1949-1968. Serão utilizadas estratégias da Biobliometria (Bufrem e Prates, 2005) para analisar artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), um dos primeiros periódicos brasileiros de Psicologia. As fontes foram acessadas por intermédio da biblioteca digital da Faculdade Getúlio Vargas – FGV. A disponibilidade de dados dos exemplares dos ABP, *online*, na íntegra, permitiu um acesso rápido e prático às fontes. O recorte temporal analisado se estende de 1949 a 1968. Os textos publicados, nesse período, foram capturados da plataforma digital e tabulados no *Microsoft Excel*. Isso permitiu diferentes formas de arranjos e combinações de trabalhar a fonte. Os artigos capturados foram, ainda, organizados de acordo com sua tipologia, atribuída pelo próprio periódico. Para essa pesquisa, selecionamos os artigos originais. Utilizamos critérios de inclusão das fontes, escolhendo apenas os artigos originais, classificados, pelo próprio periódico, como pertencentes à categoria Saúde Mental (Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1969).

Os resultados sugerem que modelos de saúde mental e doença mental constituíram tema de controvérsias. Um dos modelos identificados enfatiza os aspectos da relação sujeito/coletividade, entendendo saúde mental por totalidade em harmonia, ajustada ao meio sociocultural. Logo, esse sujeito adoece quando ele se desajusta das normas sociais. Os resultados sugerem, também, discussões sobre, pelo menos, dois modelos psiquiátricos, um chamado de “nova psiquiatria”, o qual estaria em construção e abriria possibilidades de “novas terapêuticas” como prevenção, tratamento e reabilitação, em oposição ao modelo chamado de “psiquiatria tradicional”, preocupado em nominar as doenças, apoiado em espaços de atendimentos fechados como, por exemplo, em sanatórios.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica: “espaço” de divulgação e promoção de conhecimento

Por volta de 1940, o processo de industrialização passou a dar um tom de modernidade para o Brasil. Resolver os problemas da produtividade, para que ela alcançasse os mais altos objetivos econômicos e sociais, passou a ser uma preocupação recorrente, no país (Fausto, 2002). Na direção de atender essa nova demanda, vinda do setor industrial, as empresas e o governo identificaram a necessidade de investir na preparação dos departamentos administrativos, no que se referisse ao processo de seleção e orientação de candidatos das esferas públicas e privadas. Tome-se como exemplo o projeto de lei do, então, Ministro do Trabalho, em 1937, que criava o Instituto Nacional de Seleção e Orientação Profissional – INSOP, no intuito de preparar um material de seleção de candidatos para o

setor público (Seminário, 1973). No entanto, a criação efetiva do projeto aconteceu apenas em 1947, quando o serviço de orientação e seleção profissional se tornou anexo ao Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Segundo Freitas (1973), a vinculação do projeto ao DASP limitaria o campo de suas atividades ao funcionalismo público, razão pela qual foi transferido para a Fundação Getúlio Vargas - FGV, com o nome de Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP.

O ISOP teria por objetivo capacitar técnicos na utilização dos métodos e recursos do campo de atuação da Psicologia aplicada ao trabalho. De acordo com Freitas (1973, p. 8), “formar psicotécnicos capacitados a realizarem seleção, orientação e readaptação profissional”. Tais técnicos - ou psicotécnicos - seriam profissionais médicos, professores, agrônomos, técnicos em educação e outros profissionais que se apropriariam dos conhecimentos da Psicologia aplicada, como se conclui a partir da fala de Freitas (1973, p. 9): “que a partir de então, iriam imprimir a seus trabalhos profissionais uma nova diretriz e seriam os pioneiros da conscientização que se operou no País, quanto ao valor dos princípios psicológicos aplicados ao trabalho e às situações de vida do homem brasileiro.” Outro aspecto do ISOP seria oferecer serviços da prática psicológica à sociedade, com o objetivo de alcançar o maior número de pessoas, as quais se beneficiariam das aplicações práticas da Psicologia aplicada ao trabalho, segundo Seminário (1973, p. 112): “não havia qualquer tipo de serviço destinado ao público para ministrar as técnicas essenciais da psicologia aplicada ao trabalho: a orientação e a seleção profissional”. Coube ao ISOP implantar de forma sistemática essas técnicas, que abriria ao público, um tipo de atendimento que podia se considerar realmente novo naquela época em nossa comunidade. Uma das formas da população ter acesso às técnicas da Psicologia aplicada foi por meio da criação e circulação dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP, em 1949, um dos primeiros periódicos brasileiros de Psicologia. A revista ainda representava um instrumento de intercâmbio cultural do Instituto com outros Institutos, dentro e fora do país, á época. A revista vem circulando, de forma ininterrupta, até os dias de hoje, mantendo sua periodicidade de publicação. Seu nome sofreu três modificações e hoje é chamada de Arquivos Brasileiros de Psicologia,

Em 1969, o ABP publicou um artigo nominado “Índice Remissivo da Matéria Publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1949-1968”, categorizando as publicações do período, por assunto. Essa divisão resultou em onze artigos sob a rubrica “Saúde Mental”, que são as fontes desta pesquisa e se organizam na Tabela 1, exposta em seguida.

Tabela 1. Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – 1949-1968, classificados na categoria de “saúde mental”.

Ano	v.	n.	Título	Autor
1956	8	4	Nota prévia sobre 3 técnicas objetivas em Semiologia Psiquiátrica	Otávio de Freitas Junior
1958	10	4	IV Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil	Maria Helena da Silva Novaes
1959	11	2	Preferência e animadversão por certas tarefas e a higiene mental	Elso Arruda
1961	13	1	A saúde mental na primeira infância	F. Escardó; Eva Giberti
1961	13	2	Contribuição ao estudo das inter-relações num serviço de psiquiatria	Monique Augras
1962	14	4	Problemas psiquiátricos no Serviço Público	Elso Arruda
1963	15	4	Mensagem do Presidente dos Estados Unidos	John F. Kennedy
1966	18	2	Psiquiatria dinâmica e saúde mental	José Gerscovich
1966	18	3	<i>Informe de la organizacion de un Departamento de Psicologia e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidad del Oriente</i>	Elso Arruda
1967	19	2	Serviços de saúde mental nos Estados Unidos	Elisa Dias Velloso
1968	20	2	Estado atual da promoção e defesa da saúde mental	Elso Arruda

Por um sujeito total: Indivíduo e coletividade

O modelo de compreensão de saúde e doença, que circulava nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), desprendia-se de certas visões de mundo produzidas por aqueles sujeitos históricos. Essas visões de mundo nos auxiliam a compreender como conhecimentos e práticas vinculadas a tal modelo eram pensados. Nas fontes pesquisadas, Elso Arruda² foi o autor que mais circulou tais aspectos (1959, 1966, 1968). Em sua análise, os seres humanos, ao mesmo tempo em que nascem com certas potencialidades, adquirem outras, ao longo da vida. As potencialidades são realizadas quando os sujeitos alcançam seus propósitos e aspirações. Isso ocorre a partir da expressão adequada e total de suas potencialidades. Diante disso, parece haver, pelo menos na fala de Arruda, uma compreensão de que algo é apriorístico, no humano – as potencialidades com as quais nascemos – e outras potencialidades serão produto da interação em cultura – aquelas que adquirimos. Nos dois casos, parece haver uma pressuposição de que as potencialidades deveriam ser expressas, para a completa realização do sujeito.

Um ponto central, nessas visões de mundo, era a relação entre indivíduo e coletividade. Arruda (1968, p.35), ao definir o primeiro termo desta díade, expressa: “o homem é a integração de múltiplos parâmetros de um contexto bio-psico-animico-existencial, ligado ao mundo, histórico e culturalmente compreendidos”. A coletividade, por sua vez, apresentaria modelos de comportamentos, além de valores morais e éticos. O sujeito, inserido nessa coletividade, passaria a produzir laços histórico-culturais, responsáveis pelo desenvolvimento das potencialidades humanas. Um primeiro ponto que nos chama a atenção é o fato de o ser humano estar sendo compreendido como multideterminado, “bio-psico-animico-existencial”. Em segundo lugar, esse sujeito está conectado a uma coletividade histórica e culturalmente delimitada. Essas concepções ajudaram aqueles autores a pensar sobre as relações entre saúde e doença, em particular no campo mental. Nas palavras de Arruda (1968, p. 35), “a normalidade do individuo, como personalidade integrada em seu ambiente, de um lado, e a normalidade da vida humana, coletivamente apreciada, de outro, constituem uma unidade, dada a inseparabilidade de uma e outra”. Fica patente, no trecho apresentado, um ponto nevrálgico da discussão indivíduo-coletividade, a “normalidade”. O

² Elso Arruda (1916-1995), brasileiro, psiquiatra formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Atuou como médico, supervisor psiquiátrico e psicólogo no Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, por 27 anos. Para maiores informações, sugere-se a leitura de Campos (2001).

que nos chama a atenção, entretanto, é o fato de que a “normalidade” do indivíduo dependia, necessariamente, da “normalidade” da coletividade. Nessa direção, no mesmo texto, ele afirma: “o homem estrutura sua personalidade em termos de coletividade” (p. 36). Dessa forma, a noção de saúde mental estaria expressa na capacidade do ser humano de se habilitar para a vida, nas variadas formas de se relacionar e interagir com o meio e seus semelhantes, de forma harmoniosa. Ao coletivo, nesse cenário, caberia o papel de adoecer a personalidade humana: “Personalidade sofre quando se suprime, se desarmoniza ou perde a unidade de todo conjunto” (Arruda, 1959, p.61). Nesse sentido, a condição de saúde/doença estaria associada a aspectos múltiplos de um ser humano adaptado socialmente, ou seja, mentalmente sadio em equilíbrio interno, com seus semelhantes e aspirações e propósitos de sua personalidade (Arruda, 1968). Podemos inferir, então, que a relação saúde/doença é entendida por meio da compreensão da totalidade humana, quando vivenciada em harmonia consigo e o meio sociocultural.

Seguindo a mesma linha, Augras (1961) enfatizava a relação do sujeito com o meio em que vivia, enfatizando o aspecto sociocultural para o estudo da Psicopatologia: “seria patológico, um comportamento que se desviasse de uma certa norma estabelecida pela sociedade, podendo naturalmente variar os critérios de estimação de acordo com as diversas culturas” (p.21). Todavia, apesar de haver uma relação entre o indivíduo e a sociedade, a autora parecia responsabilizar o sujeito, uma vez que, em sua análise, o adoecimento mental era uma “alteração individual”. Assim, nessa interação, o sujeito adoeceria quando se desviasse de uma norma estabelecida culturalmente. Novamente, o critério de “normalidade” parece estar em evidência. Apesar da aparente responsabilização do indivíduo, no adoecimento mental, ela indica que a Psicopatologia deveria ver o “o homem total em situação” (p.21). Isto posto, apesar de aparentes controvérsias entre os modelos de compreensão das relações sujeito e coletividade, o sujeito aparecia como composto por “múltiplos parâmetros”. Inclusive, o conceito parecia causar um certo desconforto, em alguns autores, quando não operava em torno do indivíduo-coletivo. Na fala de Arruda (1968, p. 35), “a psicologia e a psiquiatria se limitavam a apresentação elementarística das chamadas funções ou atividades mentais e de seus distúrbios, ao caracterizarem a saúde e a doença mental”, “o conceito de saúde mental, obviamente não poderia ser pura e simples negação ou ausência da saúde mental”(p.37) ou, ainda, na análise de Escardó e Giberti (1961, p. 05) “o Comitê de Expertos da [Organização Mundial de Saúde] OMS limita-se (...) Diz - ser pouco satisfatório definí-la [saúde] negativamente como um estado no qual o indivíduo não sofre nenhum transtorno psiquiátrico evidente”. O desconforto aparentava estar na direção dessa

visão de mundo, limitado a olhar apenas um aspecto da alteração das atividades ou funções mentais. Esta visão não abarcaria outros aspectos, como a relação desse indivíduo com o contexto social. Por exemplo, segundo as falas de Arruda (1968, p. 35), “a psicologia e a psiquiatria ... não cuidavam do homem como pessoa, ou como totalidade, integrada e indissolivelmente ligada ao seu ambiente” ou, ainda, uma certa noção de doença mental, “o núcleo bio-psico-animico-existencial da personalidade se desagrega ou deteriora, surgindo a enfermidade e o sofrimento anímico” (p.37), entendendo uma personalidade em sofrimento quando se desarmoniza e se desadapta (desajusta) socialmente. Assim, percebemos que, nas fontes analisadas, a saúde mental era compreendida na expressão completa do “aspecto bio-psico-animico-exeistencial” do indivíduo, em recíproca harmonia indivíduo-coletivo (sociocultural).

Por uma nova Psiquiatria: Psiquiatria dinâmica

Analisar tais visões de mundo nos permitiu desvelar práticas terapêuticas que se apoiavam nos modelos de saúde e doença mental em circulação nos ABP, à época. Gerscovich (1966) identificou três fases pelas quais o conceito de saúde/doença passou ao longo da história, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA): (1) o paciente, visto como o objeto e o foco de interesse, era biológico; (2) o paciente foi compreendido como um indivíduo com valorização da economia psicodinâmica e (3) o paciente era encarado como uma unidade integrada na vida social, produto de um ambiente e parcialmente capaz de se adaptar. Na análise desse autor, práticas médicas, nos EUA, apoiavam-se em modelos psiquiátricos que, ao longo do tempo, valorizavam três aspectos, separadamente: 1) biológico, 2) psicológico e 3) social. A partir de tal análise, ele sugere a existência de, pelo menos, dois modelos de psiquiatria, nos EUA, naquele momento histórico, “... a psiquiatria tradicional. Em consequência, a psiquiatria descritiva de Kraepelin, foi transformada na psiquiatria moderna, de caráter descritivo e dinâmico” (p.88). Assim, parece-nos que Gerscovich supõe existir um modelo de Psiquiatria denominado por ele de “psiquiatria tradicional”, que estaria a serviço de tratar a conduta anormal dos sujeitos, baseado na psiquiatria de Kraepelin. Em oposição a essa psiquiatria e devido a transformações na visão de mundo, que passariam a valorizar o aspecto social, um modelo psiquiátrico começava a ser chamado de “moderno”. Este modelo, alardeado pelo autor, estaria a serviço de investigar a psicodinâmica da normalidade do sujeito inserido social e culturalmente. Diversos nomes, inclusive, foram

dados ao modelo, tais como “nova Psiquiatria”³ (Arruda, 1968, p. 38), “Psiquiatria moderna” (Gerscovich, 1966, p. 38) ou “Psiquiatria atual” (Gerscovich, 1966, p.39).

Ainda segundo a história da Psiquiatria proposta por Gerscovich (1966), a partir de 1940 a Psiquiatria tomou novos rumos, devido à influência de certos conhecimentos teóricos, em especial das propostas psicodinâmicas, a teoria psicanalítica. Em suas palavras:

Quanto maiores conhecimentos de psiquiatria dinâmica tiver o clínico geral tanto melhor poderá tratar o paciente e melhor decidir sobre a conveniência de enviá-lo a um especialista. Não há como negar que a psicanálise, como teoria, abriu um mundo novo dentro da medicina através da psiquiatria dinâmica. Seus conceitos e postulados tem sido aplicados com real sucesso, dentro da maioria das especialidades médicas (Gerscovich, 1966, p. 92).

Ainda na direção de influências psicodinâmicas na “nova Psiquiatria”³, Velloso (1967) descreveu sua experiência de estágio em Psicologia Clínica, em algumas clínicas, nos EUA. A este respeito, relatou o uso da teoria psicanalítica nas práticas estadunidenses, “dentre as quais nos pareceu predominar, de maneira decisiva, a corrente psicanalítica de Anna Freud” (p.91). Neste sentido, a “nova psiquiatria” deu respostas às doenças mentais e seus tratamentos que a “psiquiatria tradicional” não poderia fornecer, porque esta segunda estava preocupada em “dar nome a uma determinada desordem ou afecção” (Gerscovich, 1966, p.89). O que atribuiu tal tom de modernidade às respostas da “nova psiquiatria” foi a influência do pensamento psicanalítico, oferecendo um suporte necessário à Psiquiatria, oferecendo um caráter interpretativo e dinâmico na compreensão da conduta do paciente, em termos de adaptação e motivação, Isso implicava em transformar aquilo que seria estático - o nome da desordem – em um aspecto dinâmico – a economia psíquica (Arruda, 1968; Gerscovich, 1966). Consoante Gerscovich (1966, p. 88),

... o pensamento analítico transformou o *estático* em *dinâmico*, o incompreensível em compreensível. Sua aceitação tem sido enorme, pois, desde os problemas diários de pequena monta, possuidores porém de maior ou menor carga emocional, até os maiores ou menores desajustes ou mais graves afecções mentais, a orientação psiquiátrica dinâmica oferece o suporte necessário, a fim de reajustar o já desajustado, e mais ainda, o indivíduo normal ameaçado, dando realce aos problemas reeducativos e reconstitutivos de personalidade.

³ Três termos foram identificados para dar nome ao modelo de psiquiatria que os autores estariam identificando como diferente do modelo de psiquiatria que eles supunham já existir, a saber: “psiquiatria moderna”, “nova psiquiatria” e “psiquiatria atual”. A partir desse momento textual, fizemos a escolha de chamar esse modelo de “nova psiquiatria”.

As fontes pesquisadas nos sugerem que a Psicanálise, ao influenciar esta “nova Psiquiatria”, transformava-a em uma “Psiquiatria dinâmica”. Este modelo abriria novas possibilidades terapêuticas. Na citação supracitada, vemos que havia “desajustes” e “afecções mentais” que poderiam ser reajustados graças à orientação da “Psiquiatria dinâmica”. O reajuste parece nos remeter à discussão de um modelo de mundo em que indivíduo e coletividade são inseparáveis, sendo que o adoecimento do meio produziria adoecimento do sujeito. Assim, caberia o reajuste à norma social como forma de reduzir, ou sanar, o adoecimento individual. Além disso, se as práticas da “Psiquiatria dinâmica” estivessem conectadas a tal modelo, o psiquiatra poderia lidar com o “sujeito normal ameaçado” por um meio em adoecimento. Isso ocorreria a partir de práticas reeducativas. Nesta tendência, Arruda (1968, p.38) nos diz que “pela nova orientação, prevenir e tratar a doença mental e reabilitar o doente mental, são objetivos máximos da nova psiquiatria”. A partir desta fonte, entendemos que a “Psiquiatria dinâmica” incentivou práticas terapêuticas, como, por exemplo: (i) a produção de um diagnóstico baseado em uma visão de “sujeito total”, que se reajustou, sendo que tal reajuste estaria ligado à coletividade e (ii) o desenvolvimento de tratamentos na direção da prevenção, promoção e reabilitação do doente mental. Os tratamentos se basearam na compreensão de uma assistência aos pacientes, prestada dentro da comunidade e apoiada em uma hierarquia de serviços que satisfaziam as necessidades da comunidade. À época, este modelo parecia estar em desenvolvimento, nacional e internacionalmente.

Por um novo espaço de atendimento: hospitalização e comunidade

As várias discussões elencadas e descritas estavam ocorrendo em campo brasileiro (Arruda, 1968), mas, também, em outros países, como os EUA (Gerscovich, 1966; Kennedy, 1963; Velloso, 1967) e a Venezuela (Arruda, 1966). O que teria de significativo nesse aspecto? No mínimo, poderíamos apontar um possível intercâmbio de conhecimentos, experiências e práticas, no âmbito da saúde e da doença mental, circulando pelas Américas, do Sul e do Norte. Esse intercâmbio se expressaria nas autorias dos textos analisados, uma vez que eram escritos por brasileiros que tiveram experiências e/ou vivências fora do país ou, ainda, por alguém de naturalidade estrangeira, que teve seu texto publicado nos ABP. Dois exemplos poderiam ser apontados: (1) a mensagem enviada ao Comitê de Comércio Interestadual e Exterior, pelo presidente estadunidense John F. Kennedy, traduzida e publicada nos ABP, relativa a um novo plano de ação referente à doença mental e ao

retardamento mental, nos EUA e (2) um texto de Arruda sobre sua expedição à Venezuela, com a função de organizar uma Cátedra de Psicologia Médica e Psiquiatria da *Escuela de Medicina da Universidad de Oriente*.

Kennedy (1963, p. 68-69), nos diz

Já é tempo de se adotar nova e corajosa atitude. Dispomos agora de novos recursos médicos, científicos e sociais e de uma nova compreensão. Uma série de extensos estudos iniciados pelo Congresso, pelo sector executivo e por grupos particulares interessados foi completado e todos indicam o mesmo caminho ... proponho um novo plano de ação, com relação a doença mental e ao retardamento mental.

Esses novos "recursos médicos, científicos e sociais" permitiram a promulgação de um "novo plano de ação". Embora o "velho modelo" não seja abordado diretamente, o "novo plano" previa

... primordialmente o uso de recursos federais para estimular a ação estadual, municipal e particular. Quando levado a efeito, fará com que a piedade fria do isolamento dos sanatórios seja suplantada pelo calor acolhedor do interesse e da capacidade da comunidade. Um maior empenho na prevenção, no tratamento e na reabilitação substituirá o interesse não muito humano de confinar os pacientes em sanatórios para se irem aos poucos consumindo (Kennedy, 1963, p.69).

O "novo plano" contaria com financiamentos do governo federal para tratar, prevenir e reabilitar o doente mental, dentro da própria comunidade, diferentemente do "velho modelo" de isolamento do doente mental, ao ser tratado dentro de sanatórios.

Ainda se referindo a discussões alhures, Arruda (1968, p. 39) promulgava que se deveria

estimular a criação de setores psiquiátricos (enfermarias e ambulatórios) nos hospitais gerais; mais do que isso, propugna-se que a maioria dos casos psiquiátricos agudos podem e devem ser tratados em hospitais gerais comuns (Experiência nesse sentido tivemos oportunidade de levar a termo, com êxito, no Hospital Geral Ruiz y Paz de Ciudad Bolívar, Venezuela, quando lá estivemos, com a missão de organizar a Cátedra de Psicologia Médica e Psiquiatria da Escuela de Medicina da Universidad de Oriente).

Dessa forma, pensar sobre esse intercâmbio entre países e, conseqüentemente, entre os autores, sugere-nos que alguns aspectos sociais, culturais e históricos permitiriam que a problemática sobre saúde e doença mental fossem pensadas, questionadas e rearticuladas, nas Américas, do Sul e do Norte.

Além das potenciais influências vindas do exterior, entre os brasileiros circulava a compreensão de novos modelos de assistência à saúde mental. Eles produziam discursos sobre

a necessidade do desenvolvimento dos modelos de atendimento ao doente mental, fora dos hospitais psiquiátricos. Nas palavras de Arruda (1968, p.39),

que há necessidade de desenvolvimento de serviços de reabilitação, hospitalares, para-hospitalares, extra-hospitalares ou autônomos; que é necessária a difusão da mentalidade psico-higiênica e reabilitadora entre os médicos gerais e a comunidade (esta deve participar da luta preventiva e das tarefas terapêutica e reabilitadora do doente); e que a tarefa de assistência psiquiátrica deve estar centralizada na comunidade, pois o hospital deixou de ser o centro da atuação psiquiátrica e a hospitalização é até considerada procedimento contra-reabilitador.

Para tal feito, a ideia central desse modelo de assistência à saúde consistiu na criação de centros de saúde mental, de assistência completa na comunidade, que disponibilizavam serviços de diagnósticos e avaliação, unidades psiquiátricas de emergência, atendimento a pacientes não internados, atendimento a pacientes internados, assistência diurna e noturna, abrigo, reabilitação e educação sobre saúde mental. O modelo, um “novo plano de ação”, parecia ser promulgado a partir de determinadas representações da assistência à saúde.

Kennedy (1963) trouxe indícios de um modelo de tratamento já existente, baseado no isolamento do paciente em sanatórios. Escardó e Gibeti (1961, p.13) indicaram a existência de um modelo asilar que demandaria substituição: “urge regulamentação e vigilância adequadas. Corresponde proclamar, em nome da saúde mental, a urgente caducidade de todo o sistema de asilo e sua rápida e total substituição pelos métodos de colocação familiar”. Ainda nesta direção, Gerscovich (1966) considerava pertencerem ao passado formas de tratamento em hospícios e já comemorava a existência de uma assistência dentro das comunidades,

o conceito de tratamento em hospício, com isolamento absoluto do doente mental, já começa, felizmente, a pertencer ao passado. Hoje, procura-se prevenir a perturbação emocional e tratar dela, sempre que possível, dentro da comunidade a que pertença o indivíduo (Gerscovich, 1966, p.90).

Arruda (1968, p.39) aponta a existência de um modelo de serviço fechado, que deveria ser abolido e ceder lugar a um outro modelo, assim como se infere de sua fala: “que os serviços fechados devem ceder lugar aos serviços abertos, para aumentar as facilidades aos pacientes externos, considerada a influência perniciosa dos serviços de custódia no prognóstico dos doentes mentais”. Ele ainda coloca

que se deve abolir toda forma de coação física ou de coerção da liberdade individual (sob a forma de isolamento em quartos fortes, celas com grades, camisas de força, etc.), de rejeição (pela indefinida reclusão em estabelecimentos hospitalares ou asilares), estigmatização (pelo uso de

qualificativos depreciativos), ou opressão (pelo uso da violência física, psíquica ou moral, sem que sejam dados a oportunidade e os meios da mesma o doente se livrar) (Arruda, 1968, p.39)

Assim, dois modelos de assistência a saúde foram citados, para os quais os autores sugeriram haver um modelo que não deveria continuar em vigor, chegando a expressar o desejo de fechamento de tais instituições, chamadas de asilos ou sanatórios. Isso ocorria em favor de um outro modelo que visaria uma assistência na comunidade, a prevenção, o tratamento e a reabilitação das doenças mentais, uma vez que o adoecimento estaria relacionado a um desajustamento, um desequilíbrio do sujeito com seu meio e reabilitá-lo permitiria voltar a interagir, harmoniosamente, com o meio e seus semelhantes.

Para alguns autores - Arruda (1968), Gerscovich (1966) e Kennedy (1963) - articular sobre uma “nova psiquiatria” abriu um prisma de inquietações referentes a aspectos de diagnósticos, terapêuticas e um modelo de assistência a saúde. Este prisma refletia na responsabilização da coletividade, tanto na saúde quanto no adoecimento mental e incidia em uma questão pública de saúde. Dando a palavra a Arruda (1968, p. 37): “os problemas de saúde mental são problemas de saúde mental das coletividades, problema de saúde pública, motivo porque a OMS procura fomentar a promoção da saúde mental e o combate a doença mental incorporando-os aos programas de saúde pública”. Continuando, Gerscovich (1966, p. 89) diz: “a psiquiatria atual possui uma função importantíssima na Saúde Pública, preventiva e curativa”. Esses aspectos se aproximavam da ideia higienista que estaria em defesa da saúde mental, nos diferentes setores da atividade humana, visando a adaptação do homem ao meio onde estaria inserido. Os autores sugerem o desenvolvimento de uma psiquiatria preventiva, ou seja, serviços de higiene e profilaxia, assistência e reabilitação do indivíduo que teve sua saúde mental comprometida.

Ademais, os autores parecem discutir um novo espaço de atendimento, para além dos asilos e sanatórios. Um espaço que permitiria reabilitar o sujeito desajustado socialmente, ou ainda prevenir a doença mental, por meio da profilaxia, já que o ambiente doente adoeceria o sujeito.

Considerações Finais

Ao analisarmos práticas e conhecimentos discutidos pelos autores, identificamos alguns aspectos que influenciavam, à época, o modelo de saúde e doença mental. As discussões sobre normalidade pareciam girar em torno de dois eixos controversos. Os autores

pareciam compreender a saúde mental de forma multideterminada “bio-psico-animica-existencial”. Ora eles valorizavam a relação indivíduo/coletividade, ora responsabilizavam o sujeito pelo adoecimento. Logo, o sujeito desadaptado ou desajustado, que se desviasse da norma estabelecida socialmente, entraria em sofrimento, ou responsabilizaria o coletivo, responsável pelas normas e valores morais. Concluiu-se que uma sociedade doente adoeceria o sujeito. Talvez um embate maior do que esse citado seria provocado por autores que pareciam não considerar os aspectos socioculturais no adoecimento, preocupados apenas com as alterações das atividades mentais.

Uma pitada de menos valia parecia estar posta nas discussões sobre os diferentes modelos de psiquiatria, à época. Um modelo psiquiátrico, chamado de “nova psiquiatria”, estaria em construção, apoiado no pensamento psicanalítico de compreensão do funcionamento psicodinâmico da normalidade do sujeito, permitindo “novas” práticas terapêuticas. As práticas seriam mais eficientes do que o outro modelo, chamado de “psiquiatria tradicional”, preocupado em nominar as doenças; portanto, apoiado em práticas terapêuticas que observavam a conduta anormal do sujeito, o qual seria, segundo os autores, um “inimigo” a ser eliminado. O resultado desse duelo foi a criação de “novos” espaços de atendimento, enfatizando ser a comunidade um espaço que permite pensar em reabilitar, prevenir e tratar o doente mental. Reabilitar o sujeito que se desviou das normas sociais seria papel da Saúde Pública. Os novos espaços diferiam dos asilos e sanatórios, que configuravam um espaço de atendimento “opressor” e “não muito humano”. Enfim, tais discussões aconteciam nas Américas do Norte e do Sul e em, pelo menos, três países delas: Brasil, Estados Unidos das Américas e Venezuela.

Tais discussões estavam presentes em um momento temporal, às voltas com a regulamentação da profissão do psicólogo, o que, talvez, influenciaria a compreensão dos possíveis “problemas de ajustamento”, uma vez que o indivíduo saudável estaria ajustado, adaptado, em harmonia consigo mesmo e com o ambiente sociocultural. Consequentemente, um indivíduo adoecido estaria desajustado socialmente, no que poderia ser classificado como “problemas de ajustamento”. Tais “problemas de ajustamentos” poderiam, ainda, ter relação com as práticas terapêuticas, como reabilitação, uma vez que remetem a um modelo de mundo em que indivíduo e coletividade são inseparáveis; portanto, um meio adoecido produziria adoecimento do sujeito. Assim, caberia reajustar esse indivíduo à norma social, como forma de reduzir, ou sanar, o adoecimento individual.

Por fim, esta pesquisa aponta limitações, por meio dos seguintes questionamentos: Por que as discussões sobre a influência de modelos de saúde e doença, à luz da psiquiatria,

estariam em um periódico de circulação entre os psicólogos? Quais aspectos poderiam estar postos, à época, permitindo que modelos de saúde e doença pudessem ser pensados, e discutidos, em países da América do Norte e América do Sul? Os textos não deixam claro o que estariam chamando de “tratar” o doente mental: seria curar ou reajustar? Em discussão sobre um tratamento pensado nas medidas de higiene, um ambiente normal produziria um sujeito normal e/ou um ambiente anormal produziria um sujeito anormal, ou desajustado, ou em desequilíbrio, o qual precisaria ser tratado, ou “curado”? Sabemos que essa pesquisa pode não ter alcançado tais indagações, mas entendemos que futuras investigações conseguirão analisar aquilo que aqui foi tratado.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASIELIRA de PSICOLOGIA. (1969). Índice remissivo da matéria publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1948-1968. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 21(4). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15700/14564>. Acesso em: 22/04/2017

ARRUDA, E. (1959). Preferência e animadversão por certas tarefas e a higiene mental. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 11(2). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14118/12984>. Acesso em: 22/02/2017

ARRUDA, E. (1966). Informe de la organizacion de un Departamento de Psicologia e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Unversid del Oriente. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 18(3). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15411/14292>. Acesso em: 22/02/2017

ARRUDA, E (1968). Estado atual da promoção e defesa da saúde mental. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 20(2). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/16013/14838>. Acesso em: 22/02/2017

AUGRAS, M. (1961). Contribuição ao estudo das inter-relações num serviço de psiquiatria. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 13(2). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14660/13562>. Acesso em: 22/02/2017

BUFREM, L.; PRATES, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, 34 (2), 9-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-652005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12/05/201

CAMPOS, R. H.F. (Org). (2001). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed; Brasília, DF: CFP.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2007). *Resolução CFP Nº 3/2007*. Brasília, DF.

ENGEL G. L. (1980). The American journal of Psychiatry: folklore or folkwisdom? *Ann Intern Med*. V. 5. Lown B, Verrier R.L., Rabinowitz.

ESCARDÓ, F.; GIBERTI, E. (1961). A saúde mental na primeira infância. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 13(1). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>. Acesso em: 22/04/2017

FAUSTO, B. (2001). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FREITAS, E. (1973). Origens e organizações do ISOP. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 25(1), 109-123. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542> Acesso em: 09/05/2017.

GERSCOVICH. J. (1966). Psiquiatria dinâmica e saúde mental. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 18(2). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14660/13562>. Acesso em: 22/02/2017.

RIBEIRO, J. L. P. (2011). A Psicologia da Saúde. Em R. F., ALVES. (Org.). *Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa* [online]. Campina Grande: EDUEPB. pp. 23-64. ISBN 978-85-7879-192-6. Disponível em: <http://books.scielo.org> . Acesso em: 22/02/2017.

SEMINÉRIO, F. P. (1973). O ISOP aos 25 anos. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 109-123. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542> >. Acesso em: 09/05/ 2017.

VELLOSO, E. D. (1967). Serviços de saúde mental nos Estados Unidos. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 19(2). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15700/14564>. Acesso em: 22/04/2017.

“Problemas de ajustamento” e “saúde mental”: controvérsias em torno de um objeto psicológico⁴⁵

Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

Especialista em Saúde Mental. Professora da *Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal* (UNIDERP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: amdelgrossi@gmail.com.

Elde Alves de Castro Neto

Mestrado em Psicologia (UCDB). Professora da *Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal* (UNIDERP). E-mail: elde_castro@hotmail.com

Rodrigo Lopes Miranda

Doutorado em Educação (FaE-UFGM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: rlmiranda@ucdb.br

Resumo

No Brasil, a regulamentação profissional da Psicologia, por meio da Lei nº. 4119, ocorreu, em 1962, como resultado de anos de controvérsias entre “psicólogos” e outros profissionais, especialmente médicos. Parte das controvérsias relacionava-se à definição de “problemas de ajustamento” e “saúde mental”, bem como à terapêutica associada a tal diagnóstico. Diante disso, o objetivo deste capítulo é descrever e analisar aspectos de produções científicas como forma de sondar controvérsias entre as comunidades médica e psicológica. Foram analisados artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968. Os resultados indicam que havia aspectos de gênero e de formação profissional, nas controvérsias entre tais comunidades. Além do mais, eles sugerem que tal embate era alimentado por leituras, majoritariamente em Inglês, com a presença de autores brasileiros e estrangeiros. Os resultados sugerem, ainda, que os objetos “saúde mental” e “doença mental” constituíam tema de tais controvérsias, principalmente quando referidos ao profissional responsável e ao mecanismo de abordá-lo. Por fim, não se encontrou o uso dos termos “problemas de ajustamento” ou “solução de problemas de ajustamento”. Abre-se, portanto, um conjunto de cogitações a seu respeito e sua relação com as controvérsias em torno da “saúde mental”.

Palavras-chave: história da saúde mental, história da profissão de psicólogo, história da Psicologia, Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

⁴ Os autores agradecem as críticas e sugestões de Paulo Coelho Castelo Branco a versões iniciais deste capítulo. Entretanto, quaisquer equívocos e imprecisões são de responsabilidade dos autores.

⁵ As normas deste artigo respeitam ao pedido do veículo no qual foi publicado. MOTA, A. M. D. G.; CASTRO, E.; MIRANDA, R. L. “Problemas de Ajustamento” e “Saúde Mental”: Controvérsias em torno de um objeto psicológico. In ALMEIDA, Luciane Pinho (Org.), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, pp. 55-74, 2016.

Abstract

The professional regulation of Psychology in Brazil took place in 1962 as a result of years of controversies between "psychologists" and other professionals, especially physicians. Part of the controversies was related to the definition of "adjustment problems" and "mental health" as well as the therapy associated with such diagnosis. Then, this chapter aims to describe and analyze aspects of scientific production as a way to grope controversies between the medical and psychological scientific communities. There were analyzed articles published in the *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* from 1949 to 1968. The results indicate there were aspects of gender and professional training in the controversies between these two communities. In addition, they suggest that such a clash had Brazilian and foreign authors empowered by readings mostly in English. The results also suggest that the objects "mental health" and "mental illness" were subjects of such controversy, mainly referring to professional responsibility and mechanisms to approach it. Finally, there was no use of the terms "adjustment problems" or "solution adjustment problems." Therefore, these results open a set of thoughts about those last two terms and their relationship with the controversy around the "mental health".

Keywords: history of mental health, history of psychology profession, history of psychology, *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*

Em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a Lei nº 4.119 que, até os dias atuais, regulamenta a formação e o exercício profissional do psicólogo. Esta lei estabeleceu que a utilização de métodos e técnicas psicológicas em algumas condições é função privativa do psicólogo. Dentre tais condições, incluem-se o diagnóstico psicológico e a solução de problemas de ajustamento. Entretanto, a referida lei não definiu o que eram os “problemas de ajustamento”. Esta falta de definição permaneceu, ao longo do tempo. Cite-se, como exemplo: em 2007, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma resolução na qual se lê: “SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE AJUSTAMENTO - é o processo que propicia condições de auto-realização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação” (CFP, 2007, p.2-3). Esta proposta contemporânea carece de termos que definam “problemas de ajustamento”, já que ela explicita o que é a “solução” de tal condição, mas não em que que ela consiste. Ao colocarmos em perspectiva as legislações consultadas, elas nos sugerem que os métodos e as técnicas psicológicas poderiam (e ainda podem) ser utilizados como forma de diagnosticar aspectos do sujeito que procura os serviços do psicólogo e, também, para sua terapêutica.

Diversos autores nos indicam que, no momento da regulamentação da profissão de psicólogo, houve um conjunto de embates - principalmente com médicos - sobre as funções que seriam exercidas pelos psicólogos (ver BAPTISTA, 2010; RUDA, COUTINHO,

ALMEIDA FILHO, 2015). Um dos pontos de confronto entre os médicos e aqueles envolvidos com a psicologia brasileira era, exatamente, sobre o diagnóstico e, especialmente, sobre a terapêutica, no campo da saúde mental. Tal conflito permaneceu por, pelo menos, doze anos, uma vez que um dos primeiros projetos de lei da regulamentação da profissão foi proposto na década de 1950, mas esta normatização só ocorreu em 1962. Nesse embate, percebem-se desde aspectos que submeteriam a Psicologia à Medicina, até a regulamentação da Psicologia Clínica como componente do escopo médico. Diante desse quadro, parece haver um conjunto de controvérsias⁶ entre duas comunidades científicas (a Psicologia e a Medicina) em torno de objetos científicos⁷, campo de trabalho, etc. Parte de tais controvérsias estava relacionada à definição do que seriam os “problemas de ajustamento” e a “saúde mental”, bem como da terapêutica associada a tal crivo diagnóstico. Segundo Jacó-Vilela (2011), a Lei nº 4.119 “[...] suprimiu o termo psicoterapia, concedendo ao psicólogo o direito de atuar na clínica dentro do que se convencionou chamar de solução de problemas de ajustamento” (p. 46)

Abordar tais controvérsias significa, parcialmente, acessar aspectos das diferentes comunidades científicas que as produziam. Isso, por sua vez, implica em descrever e analisar produções socioculturais de tais comunidades, em um dado período de tempo. Um ponto nodal das comunidades científicas e, conseqüentemente, de sua análise, é o periódico científico. Segundo Cruz (2008, p. 56):

[...] a escolha do periódico como fonte principal para uma análise da produção de uma comunidade científica fundamenta-se, portanto, na crença de que essa forma de publicação constitui-se em um dos mais reconhecidos meios de comunicação e divulgação científica.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é descrever e analisar aspectos de produções científicas de médicos e “psicólogos”⁸, como forma de tatear controvérsias entre tais comunidades. Serão utilizadas estratégias de história quantitativa e sociobibliometria (BROŽEK, 1998, PIÑEDA, 2014) para analisar artigos sob a rubrica “saúde mental”,

⁶ Estamos cientes de que, no campo dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), há diversos debates teórico-metodológicos acerca de definições e usos das “controvérsias”. Todavia, neste texto, consideramos o significado do termo como um conjunto de discordâncias entre comunidades científicas que envolvem aspectos epistemológicos, conceituais, metodológicos e de aplicação de tal ciência (ver HINES, 2001; MARTIN, RICHARDS, 1995; NARASIMHAN, 2001).

⁷ Define-se “objeto psicológico” a partir da noção de “biografia dos objetos científicos” (DASTON, 2000) e apropriado para a Psicologia por Danziger (2003), como um conceito que se refere a um domínio de fenômenos que se tornam assunto de investigação científica; neste caso, “problemas de ajustamento” e “saúde mental”.

⁸ Utilizar-se-ão os termos “psicólogo” e “psicóloga” de decorrência do fato que, antes de 1962, não existia formação regulamentada em Psicologia, no país.

publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), um dos primeiros periódicos brasileiros de Psicologia. O recorte temporal analisado se estende de 1949 a 1968. Com isso, podemos observar elementos no período de trâmite da regulamentação da profissão e da formação em Psicologia. Além do que, esse recorte compreende o tempo de existência do referido periódico.

O Instituto de Seleção e Orientação Profissional, a Associação Brasileira de Psicotécnica e os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

As décadas de 1940 e 1950, no Brasil, foram marcadas por mudanças no cenário político-econômico, de base liberal, que se preocupava, por sua vez, com um contingente que precisava suportar o processo de industrialização e crescimento urbano. Para atender a essa demanda, foi necessário melhorar a formação dos centros urbanos, de forma que assegurasse os investimentos com a indústria e a produção de sua mão de obra (FAUSTO, 2002). Esse cenário foi propício para o desenvolvimento da Psicologia, no país, particularmente de uma Psicologia aplicada. Além disso, nesse período, houve o fortalecimento da institucionalização da Psicologia, com sua admissão em instituições, a criação de sociedades científico-profissionais, a produção de periódicos especializados, etc. (ANTUNES, 2004).

Em 1947, no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), com o objetivo de produzir estudos científicos sobre as aptidões e vocações do trabalhador e os requisitos psicológicos para um trabalho específico. O ISOP participou da formação de especialistas, na área da Psicologia, denominados “psicotécnicos”. Os psicotécnicos eram os profissionais que adquiriam o domínio do conhecimento sobre a natureza humana e buscavam adaptá-la ao novo contexto da sociedade urbano-industrial. Eles tinham formações variadas, tais como Medicina, Filosofia e Engenharia. O ISOP também desenvolvia um trabalho direcionado para a implantação de técnicas de seleção e de orientação profissional da classe média alta da sociedade (ABADE, 2005). O enfoque no uso de técnicas e uma nomenclatura como “psicotécnico” fornecem indícios de concepções específicas sobre o “psicólogo”, naquele período. De acordo com Jacó-Vilela (2011, p.46): “o campo posto por alguns segmentos do governo e da sociedade [...] entendiam que o psicólogo deveria se limitar a ser um assistente técnico, tendo sua atuação supervisionada por um médico”.

Ainda no fim da década de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a Associação Brasileira de Psicotécnica (1949-1959) instituição precursora da Associação Brasileira de

Psicologia Aplicada (ABRAPA). A criação da Associação - bem como da instituição de um setor de Psicologia, ISOP - pode ser entendida, entre outros motivos, pelo fato de que ela começava a ser valorizada como uma ferramenta importante na seleção e na qualificação profissional. Conforme se observou, entre as décadas de 1940 e 1950, o Brasil vivia um momento de industrialização e modernização. Nesse cenário, a testagem psicológica ganhava forças (CASTRO, ALCÂNTARA, 2011) sob a rubrica “psicotécnica” que, com o passar do tempo, tornar-se-ia sinônimo de “Psicologia aplicada”. No período, havia interlocuções entre o ISOP e a Associação Brasileira de Psicologia. Um exemplo disso foi a presença de Emilio Mira y Lopes⁹ na administração de ambas. Outro exemplo foi a circulação dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), criados pelo ISOP, em 1949, que se transformaram em um importante instrumento de divulgação dos trabalhos produzidos na área de psicologia aplicada, à época. A revista trocou de nome por três vezes, ao longo de sua existência. Inicialmente fundada como Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968), foi, depois, denominada Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (1969-1978) e, por último, Arquivos Brasileiros de Psicologia (1979 em diante).

Explorando Comunidades Científicas: Os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

Em 1969, foi publicado, na revista analisada, um artigo nominado “Índice Remissivo da Matéria Publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1949-1968”, categorizando as publicações do período, por assunto. Essa divisão resultou em onze artigos sob a rubrica “Saúde Mental” (Tabela 1).

⁹ Emilio Mira y Lopez (1898-1964) foi um médico nascido em Santiago de Cuba, quando esta ainda era colônia espanhola. Durante o governo franquista, foi exilado e viajou por diferentes países, até se instalar no Rio de Janeiro, em 1947. Para maiores informações, sugere-se a leitura de Rosas (2001).

Tabela 1 – Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica - 1949-1968, classificados na categoria de “saúde mental”.

Ano	v.	n.	Título	Autor
1956	8	4	Nota prévia sobre 3 técnicas objetivas em Semiologia Psiquiátrica ¹⁰	Otávio de Freitas Junior
1958	10	4	IV Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil	Maria Helena da Silva Novaes
1959	11	2	Preferência e animadversão por certas tarefas e a higiene mental	Elso Arruda
1961	13	1	A saúde mental na primeira infância	F. Escardó; Eva Giberti
1961	13	2	Contribuição ao estudo das inter-relações num serviço de psiquiatria	Monique Augras
1962	14	4	Problemas psiquiátricos no Serviço Público	Elso Arruda
1963	15	4	Mensagem do Presidente dos Estados Unidos	John F. Kennedy
1966	18	2	Psiquiatria dinâmica e saúde mental	José Gerscovich
1966	18	3	<i>Informe de la organizacion de un Departamento de Psicologia e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidad del Oriente</i>	Elso Arruda
1967	19	2	Serviços de saúde mental nos Estados Unidos	Elisa Velloso Dias
1968	20	2	Estado atual da promoção e defesa da saúde mental	Elso Arruda

Quem eles eram?

Ao se observar a Tabela 1, nota-se que a distribuição entre os gêneros é bastante similar: cinco autores e quatro autoras. Há, entretanto, uma distinção nítida na formação entre homens e mulheres. Entre os primeiros, um era o presidente dos Estados Unidos da América (EUA) – John F. Kennedy (JFK)¹¹ – e os demais eram médicos (quase sempre, psiquiatras). Entre as mulheres, todas assinavam como “psicólogas”. Estes elementos sugerem que parte das controvérsias entre médicos e “psicólogos” envolvia não apenas o objeto do conhecimento, mas uma questão de gênero.

A forte presença das mulheres sugere que, nas primeiras décadas do século XX, já havia alguma formação que as habilitava a participar do espaço social da ciência. A revista foi

¹⁰ Neste capítulo, será mantida a grafia original, inclusive o idioma utilizado na publicação.

¹¹ Mensagem do presidente JFK ao Congresso americano, de 05 de fevereiro de 1963, publicada pelos ABP, no mesmo ano, com a justificativa de que abordava problemas muito semelhantes aos encontrados no Brasil. No discurso, o presidente solicitou verbas ao Congresso para implementar dois programas: Programa Nacional de Saúde Mental e Programa Nacional de Combate ao Retardo Mental. Para tanto, apresentou dados estatísticos sobre saúde mental e retardo mental, nos EUA, e detalhou como seriam tais programas.

publicada entre 1949 e 1968; portanto, as autoras precisavam ter estudado algumas décadas antes. Entretanto, se a autora fosse brasileira, tal formação, possivelmente, seria em outro campo do saber, que não a Psicologia. Um campo, por excelência, que fazia parte da formação das mulheres, nesse período, e tinha íntima relação com a Psicologia, era a Educação (ANTUNES, 2004). Um exemplo disso é Elisa Dias Velloso, formada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, Minas Gerais. Na Escola, Elisa estudou com Helena Antipoff¹², no laboratório de Psicologia da referida instituição. Ela chegou, inclusive, a ser assistente de laboratório, entre 1936 e 1937 (MIRANDA, 2014).

Outros dois pontos podem ser destacados. O primeiro é o fato de que grande parte dos autores estava filiada a alguma instituição, no Rio de Janeiro, muitos deles com passagem e atuação no ISOP, como Elso Arruda - médico, supervisor psiquiátrico e psicólogo do ISOP (1955-1982). Uma das razões para a presença marcante de instituições do Rio de Janeiro deve-se ao fato dos ABP serem uma publicação do ISOP, sediado nesta cidade. Isso também ajudaria a entender a presença recorrente de autores que haviam passado por lá. Outro motivo pode ser porque o Rio de Janeiro foi a capital federal, até 1960 e, assim, congregava influentes instituições vinculadas à Psicologia, tal como o Centro de Orientação Juvenil (COJ), o Departamento Nacional da Criança e a Sociedade Pestalozzi do Brasil. O segundo ponto é a nacionalidade diversa dos autores, bem como sua inserção internacional. Note-se a presença da francesa Monique Augras e dos argentinos Florencio Escardó e Eva Giberti. Além disso, deve ser mencionada a presença de brasileiros, no exterior, como Elso Arruda – diretor e organizador do Departamento de Psicologia e Psiquiatria da Escola de Medicina da Universidade de Oriente, na Venezuela, na década de 1960 (PENNA, 2001) e Elisa Velloso - com cursos e estágios na Inglaterra, nos EUA e no Uruguai (PINTO, 2001). Tais elementos sugerem um intercâmbio científico entre o Brasil e o exterior.

*O que eles liam?*¹³

Dos onze artigos analisados, praticamente a metade deles (45,5%) não apresenta referências bibliográficas. Essa característica parece sugerir que o período analisado foi um

¹² Helena Wladimirna Antipoff (1892-1974) nasceu em Grodno, na Rússia. Estudou, na França, com Theodore Simon - co-criador da escala de inteligência Binet-Simon – e, na Suíça, com Edouard Claparède - fundador do *Instituto Jean-Jacques Rousseau* (IJJR). Mudou-se para Minas Gerais, em 1929, para coordenar o laboratório de Psicologia, da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Para maiores informações, sugere-se a leitura de Campos (2010).

¹³ Será objeto de outra publicação uma análise pormenorizada das referências citadas, procurando salientar as teorias psicológicas mais recorrentes, a existência de proximidades intelectuais a partir das obras citadas, etc.

momento de mudança no padrão de escrita, em periódicos científicos, no Brasil. Uma particularidade das décadas anteriores é a quase total ausência de referências bibliográficas. As menções aos autores lidos se davam de formas variadas, tais como a menção direta ao nome do autor lido, ou da obra consultada. Outras vezes, apareciam citações diretas, sem outras características que facilitassem o acesso do leitor às obras mencionadas. Por exemplo, em Velloso (1967), lê-se: “13) James Jackson Putnam Children’s Center (mimeografado) – Boston, Mass.” (p.124), não sendo possível determinar o título, o ano de publicação, se se tratava de um relatório, etc.

As 119 referências citadas, nos artigos, estavam escritas em idiomas variados (ver Tabela 2), embora houvesse a prevalência do Inglês (59,6%). Este idioma estava presente em 100% dos artigos que incluíam referências bibliográficas. O Espanhol e o Português apareceram com 17 ocorrências cada um (14,3%) e o Francês, com 14 (11,8%). Esses três últimos idiomas estavam presentes, cada um, em, pelo menos, três artigos (50%).

Tabela 2 – Idiomas das referências bibliográficas mencionadas nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”.

Idiomas das Referências	
Francês	14
Português	17
Espanhol	17
Inglês	71
TOTAL	119

Esta característica auxilia a compreender uma mudança na referência intelectual dos pensadores brasileiros, mormente entre aqueles envolvidos com a Psicologia. Entre as décadas de 1930 e 1960, houve uma mudança nas leituras europeias, eminentemente francesas, para uma bibliografia, prioritariamente em Inglês, vinda dos EUA (CAMPOS, JACÓ-VILELA, MASSIMI, 2010). No campo específico da “saúde mental”, isso pode estar relacionado com o fortalecimento da área, principalmente dos critérios diagnósticos, com a publicação das duas primeiras edições do “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM), em 1952 e 1968, respectivamente. Além do DSM, aconteceu a publicação de diferentes edições da “Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde” (CID), em 1949 (CID-6), 1955 (CID-7) e 1965 (CID-8).

Outro elemento investigado foi a atualidade das referências citadas pelos artigos analisados. Isso foi observado pela diferença de tempo entre a publicação de uma obra citada

e a publicação do manuscrito que a cita, nos ABP (ver Tabela 3). Por exemplo, um artigo publicado nos ABP, em 1961, que citava uma referência de 1959, indicava uma diferença de tempo de, apenas, dois anos, quanto à atualidade de sua bibliografia. Isso auxilia na compreensão do lapso de tempo com os quais aqueles envolvidos com a Psicologia, no país, tinham acesso à literatura especializada.

Tabela 3 – Lapso de tempo entre a data da obra referenciada e sua menção nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”.

Lapso de Tempo	
0 a 3 anos	49
4 a 7 anos	33
8 anos e acima	21
Não informado	16
TOTAL	119

Quanto ao tempo de leitura, 49 delas (41,2%) tinham apenas três anos, ou menos, de diferença; 33 das referências (27,7%) tinham entre quatro e sete anos e 21 delas (17,7%) eram mais antigas, com oito anos, ou mais, de publicação, quando foram utilizadas. Cerca de 16 (13,4%) não puderam ter seu tempo de leitura comprovado, por falta de dados (anos de publicação não especificados, nos artigos). Isso sugere que grande parte do material publicado alhures era disponibilizada para os autores brasileiros, ou vinculados ao país. Uma das razões possíveis pode ser pelo fato de que parte dos autores que participavam do ISOP, da Associação Brasileira de Psicotécnica e dos ABP eram estrangeiros. Como exemplo, vale aludir à Monique Rose Aimmé Augras, nascida na França, mas erradicada, no Brasil, em 1961, onde se graduou professora do ISOP e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Por fim, notam-se características dos tipos de publicação mencionadas (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Tipos de publicação dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, de 1949 a 1968, categoria “saúde mental”.

Tipo de Publicação do Material Referenciado	Frequência
Periódico	65
Livro	43
Outros	11
TOTAL	119

A maior parte das leituras citadas eram textos publicados em periódicos, correspondendo a, aproximadamente, 65 manuscritos (54,6%). Livros (ou capítulos de livros) foram mencionados em 43 casos (36,1%). A categoria “Outros” engloba referências que não foram passíveis de classificação fidedigna, tal como possível apresentação em congressos, relatórios técnicos, textos mimeografados, dentre outros, compreendendo onze bibliografias (9,3%). Nesta análise, é interessante observar algumas diferenças nas formas de circulação do conhecimento, a depender da cultura em questão. A título de exemplificação, dos artigos citados pelos textos publicados nos ABP, em periódicos, 36 deles (50,7 %) estavam escritos em Inglês. Nessa categoria, vemos periódicos de destaque, à época, como os *Psychological Monographs*. Quando se destaca o Espanhol, constata-se que este idioma aparecia, prioritariamente, na forma de livros (onze ocorrências, 64,7 %).

Sobre o que eles falavam?

Optou-se por não agrupar os dados referentes às temáticas em categorias precisas. Primeiramente, porque não se tinha a pretensão de exaurir o assunto. Em segundo lugar, porque categorizá-los necessitaria de um sistema mais rigoroso de coleta/análise estatística dos conteúdos, o que não configurou o objetivo deste capítulo. Entretanto, uma análise dos conteúdos mais recorrentes foi possível, graças à frequência com que determinados temas se apresentaram. Estes conteúdos auxiliam a compreender os aspectos das polêmicas entre médicos e “psicólogos”, no que tange ao diagnóstico e à terapêutica dos problemas de ajustamento.

As controvérsias entre tais profissões parecem se relacionar ao fato de que uma das disciplinas tornou-se importante para o exercício da outra. Um dos artigos publicados, nos ABP, auxilia em tal reflexão. O manuscrito figura como uma sugestão para a criação de um curso de Medicina, na Venezuela (ARRUDA, 1966). O autor publicou:

[...] la psicología debe ser parte inseparable del conjunto de conocimientos a dar a los alumnos [de medicina]. Así como no se puede llegar a conocer la patología morfológica sin la morfología normal y la fisiopatología sin la fisiología, así también no es posible enseñar psicopatología sin antes enseñar la psicología; conocer el hombre enfermo sin antes conocer el hombre sano. Por eso, debe ser dado destaque a la psicología del hombre normal, bajo el plan de transmisión progresiva de conocimientos fundamentales de la psicología como un todo (ARRUDA, 1966, p.85).

Nessa fonte, nota-se que a Psicologia contribuiria para o ensino médico por apresentar as características do ser humano, principalmente daquele mentalmente sã. Tal característica parecia indicar, também, que o campo do adoecimento mental (Psicopatologia) competia à Medicina. Todavia, essa distinção se tornará confusa, inclusive nos dizeres do próprio autor, como será analisado, adiante.

Outros textos ajudam a compor as discussões quanto à delimitação do objeto e dos instrumentos de intervenção de cada comunidade. Neste quadro, os testes psicológicos figuravam em destaque e seu uso era compreendido como um auxílio ao diagnóstico. Esta temática é relevante, pois parece estar conectada com o “diagnóstico” dos “problemas de ajustamento”, atividade que se tornará privativa dos psicólogos, em 1962. Porém, a promoção e a descrição de uso dos testes psicológicos foram feitas tanto por médicos, quanto por “psicólogos”. Para um dos autores médicos:

Se estudiaran las ramas de la psicología más importantes para la medicina, serán hechas demostraciones prácticas de pruebas psicológicas (de habilidades y de personalidad) precedidas de enseñanza de metodología psicotécnica (ARRUDA, 1966, p.85).

Enquanto isso, no texto publicado por Elisa Velloso, psicóloga, lê-se:

Aliás, como é característico de clínica de comunidade, a distribuição de funções vem se tornando menos rígida, sendo específicas, apenas para o psiquiatra, a prescrição de tratamento medicamentoso para crianças e seus responsáveis; e, para o psicólogo, a aplicação de testes e realização de pesquisas, sobretudo no que se refere à aprendizagem. (VELLOSO, 1967, p. 88-89).

Estas fontes sugerem uma aparente solução de compromisso adotada pelas comunidades de médicos e “psicólogos” que parece ter relação com o estabelecido pela Lei nº 4.119. Aos médicos, cabia a terapêutica medicamentosa de crianças e adultos, enquanto que, para os

“psicólogos”, surgiam os testes psicológicos. Os objetos de trabalho das comunidades também pareciam ganhar contornos que os diferenciavam. Arruda (1966) indica que os testes psicológicos importantes para os médicos focavam-se em habilidades específicas e, também, na personalidade. Neste último caso, constituía um objeto presente nas análises psiquiátricas do período, principalmente no campo psicopatológico (ver DSM-I e DSM-II). Para a Psicologia, de acordo com Velloso (1967), os testes psicológicos deveriam se concentrar na aprendizagem. Isto condiz com a ênfase dos psicólogos nas questões educacionais da época (p.ex., evasão escolar, reprovação, analfabetismo), sobretudo pela relevância social de tais problemas (FERNANDES, 1996).

Os contornos dos objetos de cada comunidade, entretanto, voltavam a ficar pouco nítidos, no momento em que elas relacionavam as definições de saúde e doença mental. Arruda (1959) definia “saúde mental” como “[...] a expressão completa e livre de todas as potencialidades do indivíduo em recíproca harmonia, objetivando ideais, aspirações e propósitos de sua personalidade” (HADFIELD, 1952, apud ARRUDA, 1959, p.61). Nesta mesma direção, Escardó e Giberti (1961), afirmavam que a “saúde mental” era “a capacidade de estabelecer relações harmoniosas com outras pessoas” (p. 6). Por fim, Arruda (1968) indicava que a saúde mental era resultado do equilíbrio entre a pessoa e o meio no qual ela se inseria. Ainda de acordo com este autor, a “saúde mental” era um fenômeno dinâmico, que variava em função deste equilíbrio. Ela tinha relação com a capacidade de: (a) estabelecer relações harmoniosas com as outras pessoas; (b) contribuir para as modificações do ambiente; (c) satisfazer equilibradamente os impulsos e (d) se realizar (ARRUDA, *ibidem.*).

Em contrapartida, a doença mental era definida como algo que fugia ao padrão, embora este padrão pudesse se alterar, dependendo do meio social/cultural (AUGRAS, 1961). Nas palavras da Augras (*ibidem*, p.21): “seria patológico um comportamento que se desviasse de certa norma estabelecida pela sociedade, podendo naturalmente variar os critérios de estimativa de acordo com as diversas culturas”. Em outro texto, a doença mental surgia como uma deterioração/desintegração do núcleo bio-psico-anímico-existencial da personalidade, por causas diversas (ARRUDA, 1968). O resultado de tal desintegração era uma pessoa que sofria, incapacitada de viver em sociedade e que se isolava em um mundo particular, criado por ela. Arruda (*ibidem*) complementava seu entendimento, enfatizando que a doença e a saúde mental deveriam formar um conceito unitário, dada a indissociabilidade do homem como ser bio-psico-anímico-existencial. Dizia ele:

[...] não poderíamos deixar de considerar a *conceituação unitária* de saúde e de doença. Apenas, para fins práticos, os problemas de *saúde e doença* [...] são abordados, separadamente, pelo psicólogo, pelo psiquiatra e pelos sanitaristas mentais [...] Isso porque, cada vez mais se sabe que o homem estrutura sua personalidade básica em termos de coletividade [...]. (ibidem, p. 36)

Assim, observa-se que a “saúde” e a “doença” mental tinham íntima relação. Uma relação que parecia estar associada a aspectos biológicos (bio) e psicológicos/existenciais (psico-anímico-existencial).

Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi o de descrever e analisar aspectos de produções científicas de médicos e “psicólogos”, como forma de tatear controvérsias entre tais comunidades. As contendas ancoravam-se em um contexto político, social e intelectual, que promovia o estabelecimento de profissões destinadas ao diagnóstico e à terapêutica, no campo da “saúde mental”. Como forma de acessar tais questões, sobretudo no campo científico, foram analisados onze artigos publicados, nos ABP, entre 1949 e 1968, sob a rubrica “saúde mental”.

Notou-se que não havia muitas diferenças na frequência com que homens e mulheres publicavam sobre o tema, embora houvesse uma nítida diferença na formação de ambos. Tal diferença poderia sugerir elementos na esfera do gênero, nos embates estabelecidos pelas comunidades científicas já referidas. Os textos analisados indicam que os brasileiros tinham acesso relativamente rápido (três anos, ou menos) às referências publicadas alhures. Dessa maneira, o debate brasileiro sobre a “saúde mental” parecia estar conectado àquilo que era discutido internacionalmente. Além disso, a própria revista consistia em um veículo de intercâmbio cultural, com autores latino-americanos, europeus, etc., contribuindo com o debate científico.

Os conteúdos dos onze artigos nos fornecem mais informações sobre tais controvérsias. É inegável que a reflexão em torno de “saúde mental” estava posta, tanto que o próprio índice remissivo do periódico trazia a rubrica “saúde mental”. Pontos controversos entre tais comunidades parecem surgir quando se associou tal termo ao de “doença mental”. A “saúde mental” aparecia com definições diversas, mas que poderiam ser articuladas como a livre expressão da personalidade do indivíduo, que estabelecia relações harmoniosas com o grupo social. A “doença mental” surgia como um funcionamento fora do padrão cultural. Na análise dos conteúdos, começam a despontar aspectos dos conflitos sobre o objeto (saúde

mental x doença mental) e a sua abordagem. Considerando-se algumas fontes produzidas por médicos, nos ABP (Arruda, 1959, 1966, 1968), nota-se, por um lado, que a personalidade “normal” era objeto da Psicologia. Dessa maneira, a “saúde mental” era objeto do psicólogo e deveria, inclusive, tornar-se uma disciplina na formação médica. Por outro, a testagem da personalidade e o tratamento da personalidade “anormal” seriam do escopo médico. Isso se deve ao fato de os “psicólogos” indicarem que o campo por excelência de sua atuação, incluindo os testes, era a “aprendizagem” (VELLOSO, 1967). Além disso, é possível afirmar que não se encontrou o uso dos termos “problemas de ajustamento” ou “solução de problemas de ajustamento”. Aqui, abre-se um conjunto de cogitações a esse respeito: Quais elementos definiriam “problemas de ajustamento”, entre 1949 e 1968? Caberia alguma classificação de psicopatologias para a definição de “problemas de ajustamento”? A quem caberia e qual seria a terapêutica indicada, nos “problemas de ajustamento”? etc.

Faz-se necessário, por fim, demarcar as limitações metodológicas deste trabalho. Como foram acessados apenas onze artigos de um único periódico, não se pode extrapolar tal análise para outros autores publicados no Brasil, ou para outros veículos científicos. Além disso, considerando-se que uma parte das controvérsias envolvia o diagnóstico e a terapêutica dos “problemas de ajustamento” ou “saúde mental”, outros artigos poderiam ser analisados, no próprio periódico. Por exemplo, a descrição e a análise de manuscritos cujo título menciona um diagnóstico, no campo “Psi”. Uma ampliação do *corpus* documental se faz mister para conclusões mais robustas sobre as controvérsias em questão. Todavia, diante da inexistência de menção aos “problemas de ajustamento” e sua inexatidão contemporânea, novos estudos deveriam ser produzidos, no sentido de auxiliar na observação de elementos no período de trâmite da regulamentação da profissão e formação em Psicologia, iluminando aspectos da história desta profissão, no país.

Referências

- ABADE, F. L. Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v.6, n. 1, p.15-24, jun. 2005.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. Em MASSIMI, M.; GUEDES, M. C. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Novos estudos**. São Paulo: EDUC e Cortez, p. 109-152, 2004.

ARRUDA, E. Preferência e animadversão por certas tarefas e a higiene mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 1959. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14118/12984>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ARRUDA, E. *Informe de la organizacion de un Departamento de Psicologia e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidad del Oriente*. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 1966. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15411/14292>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ARRUDA, E. Estado atual da promoção e defesa da saúde mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 1968. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/16013/14838>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

AUGRAS, M. Contribuição ao estudo das inter-relações num serviço de psiquiatria. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1961. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14660/13562>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BAPTISTA, M. T. D. S. A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.30, n. esp., p. 170-191, 2010.

BROŽEK, J. Abordagem quantitativa: Wundt na América. Em MASSIMI, M., BROŽEK, J. (Orgs.), **Historiografia da psicologia moderna – A versão brasileira**. São Paulo: Unimarco, Ed. Loyola, 1998, p.351-362.

CAMPOS, R. H. F. **Helena Antipoff**. Recife: Editora Massangana, 2010. 152p.

CAMPOS, R. H.; JACÓ-VILELA, A. M.; MASSIMI, M. *Historiography of psychology in Brazil: pioneer works, recent developments*. **History of Psychology**, v.13, n.3., p. 250-276, 2010.

CASTRO, A. C., ALCÂNTARA, E. S. **Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA) – 1993**. Em JACÓ-VILELA, A. M. (Org.), **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011, p. 45-47

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 3/2007**. Brasília, DF, 2007.

CRUZ, R. N. **A produção social do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7Y3K6Z>>. Acesso em: 20 out. 2015.

DANZIGER, K. Where history, theory, and philosophy meet the biography of psychological objects. Em HILL, D. B.; KRAL, M. J. (Org.). **About psychology: Essays at the crossroads of history, theory and philosophy**. Albany: SUNY Press, p. 19-33, 2003.

DASTON, L. *Introduction: the coming into being of scientific objects*. Em DASTON, L. (Org.). **Biographies of scientific objects**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 15-41, 2000.

ESCARDÓ, F.; GIBERTI, E. A saúde mental na primeira infância. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 1961. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Huzak, 2002.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1996.

HINES, P. J. *The dynamics of scientific controversies*. **AgBioForum**, v.4, n.3-4, p. 186-193, 2001.

JACÓ-VILELA, A. M. **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Coordenação geral: Ana Maria Jacó Vilela. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011, 547p.

LOPEZ, E. M. Mira y López. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 19, n.1, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MARTIN, B.; RICHARDS, E. *Scientific knowledge, controversy, and public decision-making*. Em JASANOFF, S.; MARKLE, G. E.; PETERSEN, J. C.; PINCH, T. (Org.). **Handbook of Science and Technology Studies**. Newsbury: Sage, p. 506-526, 1995.

MIRANDA, R. L. **O laboratório de psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 166f.

MOTA, A. M. D. G.; CASTRO, E.; MIRANDA, R. L. “Problemas de Ajustamento” e “Saúde Mental”: Controvérsias em torno de um objeto psicológico. In ALMEIDA, L. P. (Org.), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, pp. 55-74, 2016.

NARASIMHAN, M. G. *Controversy in Science*. **Journal of Biosciences**, v.26, n.3, p. 299-304, 2001.

PENNA, A. G. Arruda, Elzo (1916-1995). Em CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 61-62.

PIÑEDA, M. A. Modelos de psicologia e perfis de psicólogos na UBA e na UNLP – Influências de publicações e editoras em cursos introdutórios à psicologia: 1957-1982. Em

JACÓ-VILELA, A. M., PORTUGAL, F. T. (Orgs.), **Clio-Psyché: Instituições, história, psicologia**. Rio de Janeiro: Outrasletras, 2014, p.279-304.

PINTO, K. P. Velloso, Elisa Dias (1914-). Em CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 376-378.

ROSAS, P. S. Mira y Lopez, Emílio (1896-1964). Em CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 238-240.

RUDÁ, C.; COUTINHO, D.; ALMEIDA FILHO, N. Formação em Psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum: memória e história em psicologia**, v.29, p. 59-85, out. 2015.

VELLOSO, E. D. Serviços de saúde mental nos Estados Unidos. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 1967. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15700/14564> >. Acesso em: 22 fev. 2016.

Desvelando Estilos de Pensamentos – ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)¹⁴¹⁵

Revealing thought styles: ‘Diagnosis’ in the Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968)

Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

Especialista em Saúde Mental. Professora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: amdelgrossi@gmail.com.

Rodrigo Lopes Miranda

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: rlmiranda@ucdb.br

RESUMO

Nosso objetivo é descrever e analisar artigos veiculados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP) que contenham, em seus títulos, categorias diagnósticas. Tais elementos nos auxiliam a tatear controvérsias em torno dos conceitos de “saúde mental” e “problemas de ajustamentos”, capitaneados por *coletivos de pensamentos* e presentes no referido periódico. Nos 20 anos de existência dos ABP, foram publicados 318 textos e apenas 14 continham categorias diagnósticas em seus títulos. Os resultados sugerem possíveis *coletivos de pensamento* que estavam circulando nos ABP, à época. Entretanto, tais resultados não permitem nominá-los a partir de formação ou profissão, mas, sim, identificá-los a partir das análises de *estilos de pensamentos* que produziram. Tais *coletivos* pareciam operar com *estilos* que foram descritos a partir dos eixos (i) diagnósticos, (ii) campos teóricos e (iii) métodos e técnicas de intervenção. Apesar das limitações metodológicas de nossa investigação, estimamos que ela forneça indicativos de um padrão de produção, no campo “psi”, em circulação na ciência, no referido periódico.

PALAVRAS-CHAVES: História da Psicologia, Psicologia da Saúde, Psicodiagnóstico, Saúde Mental.

¹⁴ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada como comunicação oral, intitulada “Controvérsias de um objeto psicológico: saúde mental e problemas de ajustamento (1949-1968)”, no XXXIV Encontro Anual Helena Antipoff e XIV Encontro Interinstitucional de Pesquisadores em História da Psicologia, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em março de 2016.

¹⁵ As normas deste artigo respeitam ao pedido do veículo em que foi publicado MOTA, Ana Maria Del Grossi; MIRANDA, Rodrigo Lopes. Desvelando Estilos de Pensamento - ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). In DUARTE, Adriana Otoni Silva Antunes.; CASSIMIRO, Maria de Fátima Pio; CAMPOS, Reina Helena Freitas (orgs), **Psicologia, educação e o debate ambiental: questões históricas e contemporâneas**. Belo Horizonte FAE/UFMG; CDPHA, p. 331-344, 2017.

O material aqui analisado deriva de uma pesquisa, em andamento, no Laboratório de Estudos Históricos em Psicologia, Saúde e Educação (LEHPSE) e no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (GEPeHP), cujo objetivo é analisar controvérsias em torno do objeto “saúde mental”, a partir da análise de *estilos de pensamentos* produzidos por diferentes *coletivos de pensamento*. Como parte dessa pesquisa, este capítulo objetiva descrever e analisar artigos veiculados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), de 1949 a 1968, especificamente aqueles que contêm, em seus títulos, categorias diagnósticas que nos permitam tatear as referidas controvérsias de diferentes *estilos de pensamento* ali presentes.

Abordar e analisar tais critérios diagnósticos é tomá-los como objeto de uma produção social humana, em suas relações de troca com a sociedade e a ciência de um determinado período de tempo, descortinando possíveis *estilos de pensamentos* e seus respectivos *coletivos* (FLECK, 1935/2010). Löwy (1994), a partir de Fleck, define *estilos de pensamento* e *coletivos de pensamento*, sendo o primeiro um conceito que se refere a “pressupostos de pensamentos sobre os quais os coletivos de pensamentos constroem seu edifício de saber” e o segundo, “a unidade social da comunidade de cientistas de uma disciplina” (p.16). Ao analisar aspectos constitutivos dos critérios diagnósticos encontrados em diferentes *coletivos de pensamentos*, o capítulo propõe desvelar elementos do período no qual os textos foram produzidos, em especial os autores que os escreveram e alguns conhecimentos científicos que estavam sendo construídos, naquele determinado período (*estilos de pensamento*). Não foi possível analisar as referências lidas e usadas pelos autores, uma vez que este dado inexistia nos textos. A pesquisa permitiu identificar *coletivos* que se constituíam a partir da discussão de *diferentes estilos de pensamentos* sobre diagnósticos, no já citado espaço de tempo, culminando em *estilos de pensamentos* analisados a partir dos eixos (a) diagnósticos, (b) campos teóricos e (c) métodos e técnicas.

Uma Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), define que “DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO - é o processo por meio do qual, por intermédio de Métodos e Técnicas Psicológicas, se analisa e se estuda o comportamento de pessoas, de grupos, de instituições e de comunidades, na sua estrutura e no seu funcionamento, identificando-se as variáveis nele envolvidas” (CFP, 2007, p. 2). De acordo com tal resolução, é possível verificar a legitimidade do psicólogo em diagnosticar aspectos psicológicos. Desde 1996, o Conselho regulamenta que “fica

facultado ao psicólogo o uso do Código Internacional de Doenças (CID), ou outros Códigos de diagnóstico, científica e socialmente reconhecidos, como fonte para enquadramento de diagnóstico” (CFP, 1996, p.1). Desta forma, os critérios diagnósticos a serem utilizados pelo psicólogo devem estar enquadrados em um Código de diagnósticos reconhecido por comunidades científicas.

Os artigos veiculados nos ABP, de 1949 a 1968, permitem analisar critérios diagnósticos orientados por esses códigos. Foi escolhida, para esta aproximação ao objeto, a primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), uma vez que foi encontrada uma versão *on-line* da publicação. O DSM-I foi publicado em 1952, circulando até 1968. Assim, ele circulava quando da publicação dos ABP (1949-1968). O DSM I é um código diagnóstico reconhecido oficialmente, em nível mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um Manual de Transtornos Mentais que concentra descrições das categorias diagnósticas.

Explorando os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

A Fundação Getúlio Vargas, fundada em 1944, além de constituir-se como uma instituição de ensino, avançou para as áreas de pesquisa e de informação, contribuindo com a sociedade brasileira, à época, na criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Em 1947, o Instituto possibilitou a produção de trabalhos voltados para a implantação de técnicas de seleção e orientação profissional, favorecendo a economia e a produção industrial do período. Além disso, ele foi responsável pela formação de especialistas na área da Psicologia Aplicada, antes da regulamentação da profissão, em 1962 (SEIDL-DE-MOURA, 2011). O ISOP, em 1949, fundou os ABP com o fito de publicar produções dos “psicólogos”¹⁶ de seu Instituto. Sabe-se que os ABP, ao longo de 67 anos, passaram por alterações no seu nome, as quais acompanharam as demandas e influências da sociedade, desde seu pioneirismo em publicações de produções brasileiras do campo “psi”, até os dias atuais, ainda em circulação, agora disponíveis virtualmente,

¹⁶ O termo “Psicólogos” foi usado para se referir, neste período analisado, tanto ao “psicólogo profissional” (o que atuava no campo da Psicologia) quanto ao “psicólogo de formação” (o que se formou em Psicologia, sendo que, à época, havia poucos destes profissionais, no país).

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como Arquivos Brasileiros de Psicologia.

Em pesquisa anterior (MOTA; CASTRO; MIRANDA, 2016), observamos a existência de possíveis *coletivos de pensamento*, como de médicos e de psicólogos, que produziram *estilos de pensamentos* diferentes. Daí, infere-se que as publicações dos ABP cogitam ser ferramentas de análises para essa produção, uma vez que possibilitam explorar tais *coletivos*. Analisaram-se, então, 318 textos, nos 20 anos de publicação do periódico, classificados pelo periódico de Artigos Originais¹⁷. Desses, apenas 14 textos foram selecionados. Eles passaram por uma triagem, a fim de que apenas o objeto desta pesquisa se submetesse à análise, por meio dos artigos que continham, em seus títulos, categorias diagnósticas que nos permitissem tatear as referidas controvérsias de diferentes *estilos de pensamento*, ali presentes. (Tabela 1)

Tabela 1 – Artigos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica - 1949-1968, classificados por critérios de diagnósticos, segundo DSM I.

Ano	v.	n.	Título	Autores
1950	2	2	Pesquisa sobre agresividad en el Psicodiagnóstico Miokinético del Dr. Emilio Mira y Lopez	Zaira Garamundi Kussrow Belarmino Larez
1951	3	4	Ansiedade e agressividade em crianças pré-escolares	Betti Katzenstein
1954	6	3	Dois casos de dificuldades na leitura e escrita	Betti Katzenstein
1958	10	1 e 2	Esquema corporal y esquizofrenia	Elsó Arruda
1958	10	4	Psicodiagnóstico de Rorschach em epilépticos	Rubim de Pinho Adilson Sampaio Gycelle Mattos
1959	11	1	Tema da árvore e esquizofrenia	Elsó Arruda Liette V. Franchi
1959	11	3 e 4	Mêdo e agressividade na adolescência	Ofélia Boisson Cardoso
1961	13	2	Problemas de linguagem e comunicação	Maria Helena Novaes
1961	13	3	Diagnóstico rápido de neurose compulsivo-obcessiva	Athayde Ribeiro da Silva

¹⁷ Nos ABP, os textos eram classificados, segundo o próprio periódico, como “bibliografia”, “diversos”, “estudos de casos”, “necrológicos”, “noticiário”, “o cientista e o mundo”, “sumário” e “artigos originais”. Constituíam “artigos originais” os textos que compunham a estrutura mais próxima do que hoje é reconhecido, academicamente, como “publicação científica”.

1961	13	4	Estudo de um caso de personalidade psicopática	Isabel Adrados
1962	14	3	Estudo de um caso de epilepsia mediante o teste de Rorschach	Isabel Adrados
1963	15	3	O teste de Rorschach num caso de debilidade mental	Isabel Adrados
1963	15	4	A dislexia e o problema da lateralidade	Maria Helena Novaes
1964	16	1	Estudo da homossexualidade mediante o teste de Rorschach	Isabel Adrados

Coletivos de pensamento: desvelando autorias

A Tabela 1 apresenta uma maioria do gênero feminino, na autoria dos artigos, sendo cinco mulheres e três homens. Análise feita desconsiderando as coautorias existentes em 3 artigos, por dificuldade em analisar a biografia dos mesmos, bem como que a existência de uma mescla de gêneros na produção da escrita que dificultaria um critério de análise por gênero. Dos 14 artigos analisados, dez eram de autoria feminina. A produção feminina acentuada permite ir ao encontro do que a Historiografia e a História das Mulheres têm pontuado, que é a sua presença nas produções dos *coletivos de pensamentos*, na história das ciências (LETA, 2003). Além disso, tal presença vai ao encontro do que se tem discutido na história das mulheres, em Psicologia, ou seja, havia mulheres produzindo ciência no Brasil, uma ciência no campo “psi”, apesar de, ainda, sabermos pouco sobre elas (JACÓ-VILELA; SANTOS; SILVA, 2007). Por fim, esses dados vão ao encontro daquilo que foi anteriormente encontrado em nossos estudos (MOTA; CASTRO; MIRANDA, 2016): havia forte presença feminina das produções dos ABP, no que tange à Saúde Mental. Isso parece sugerir que, senão desde o fim do século XIX, mas desde o início do século XX, as mulheres já estavam se formando e adquirindo habilidades necessárias para adentrar o campo das ciências. Um exemplo disso foi Isabel Adrados (1919-), de nacionalidade espanhola, mas naturalizada no Brasil. Ela obteve sua formação básica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Madri, em 1943 (DIAS, 2001). Ou ainda as autoras brasileiras Ofélia Boisson Cardoso (1894-1994) e Maria Helena Noaves (1926-), que publicaram livros, lecionaram em

algumas instituições de ensino superior e técnico e contribuíram para o fortalecimento da Psicologia, no Brasil (LOURENÇO FILHO, 2001).

A influência de estrangeiros foi observada em quase todas as autorias analisadas, quer seja por sua nacionalidade ou por sua experiência profissional. Alguns autores são de nacionalidades estrangeiras, como Isabel Adrados (Espanha) e Betti Katzenstein (Alemanha), que já vieram para o Brasil com formação trazida de seus países de origem. Outros autores, de nacionalidade brasileira, possuíam em seu currículo experiência fora do país, como Elso Arruda (1916-1995) e Maria Helena Novaes, com formação e/ou atuações em Genebra, Paris, Canadá, Venezuela e outros. (CAMPOS, 2001). Dessa forma, supõe-se um certo reflexo desses *estilos de pensamentos*, nos *estilos* produzidos por *coletivos* brasileiros.

Os dados anteriormente encontrados em nossos estudos (MOTA; CASTRO; MIRANDA, 2016) mostraram controvérsias entre dois *coletivos de pensamentos*: médicos e psicólogos. Eles foram definidos, também, por um padrão de gênero: as mulheres eram “psicólogas de profissão”, por mais que não pudéssemos afirmar que fossem “psicólogas por formação”. Entretanto, a publicação de Athayde Ribeiro da Silva, no presente estudo, coloca em questão tal definição de *coletivos de pensamentos* de médicos e psicólogos pelo crivo de gênero. O referido autor era “psicólogo de profissão”, com acentuada relevância para o esporte e atuou no ISOP (BARRETO; RIBEIRO, 2002). Assim, um novo dado surge, levando a entender os *coletivos de pensamentos* a partir da análise dos *estilos de pensamentos* sobre critérios diagnósticos nos textos.

Diagnósticos: desvelando os estilos de pensamentos

Os possíveis *coletivos* estão sendo entendidos a partir da análise dos conteúdos dos textos, que auxiliam a compreender aspectos que dizem sobre *estilos de pensamentos* construídos sobre os critérios diagnósticos veiculados nos ABP. A análise foi realizada a partir da frequência com que determinadas temáticas apareceram nos artigos publicados. Isto posto, os eixos observados são: (a) diagnóstico, (b) métodos e técnicas e (c) campo teórico.

No que diz respeito ao diagnóstico, foram encontrados alguns critérios, identificados a partir do DSM I, nos títulos dos artigos, classificados pela revista como Artigos Originais. Eles giravam em torno de temas como: homossexualidade,

debilidade mental, psicopatia, epilepsia, neurose compulsiva-obsessiva, esquizofrenia, agressividade, medo, ansiedade e dificuldade com leitura e comunicação e escrita. Esses diagnósticos estavam classificados no DSM I (1952), nas seções: a) Seção I: Nomenclatura normalizada, as doenças da Unidade de Psicobiologia; b) Seção V: Classificação estatística das desordens mentais e c) no apêndice C: Termos suplementares, como a homossexualidade, a dislexia, o medo, a ansiedade.

Apesar dos textos trazerem, em seus títulos, diagnósticos estabelecidos pelo DSM I, na análise dos mesmos não foram encontrados conceitos diagnósticos com referências claras a tal código diagnóstico. A definição conceitual do diagnóstico era feita por meio de referências que não eram citadas no corpo do texto e que, talvez, poderiam ser identificadas com base em teorias psicológicas, a saber, por exemplo, o diagnóstico de “homossexualidade”, que a autora Adrados (1964) define como:

Deixando de lado a homossexualidade acidental e, naturalmente, os comportamentos homossexuais decorrentes de alterações glandulares definidas, cujo estudo não compete ao psicólogo (...) Mais complexos e difíceis de tratar, na maior parte das vezes incuráveis, são os casos de homossexualidade verdadeira ou neurose sexual. Esses indivíduos não se limitam a evitar qualquer ligação amorosa ou sexual com o sexo oposto, mas não aceitam a própria identidade biológica sexual, de tal forma que sentem e atuam como se fossem do outro sexo (p. 68).

A citação revela que há algum dado, ou especificidades do campo fisiológico, que não é da alçada do psicólogo. Expressa, também, que o homossexualismo não é curável e que se refere a “não aceitação do sexo biológico”. Esta temática, a título de exemplo, perpetuará, em longa duração, no debate “psi” e em como o diagnóstico se relacionava ao uso de testes. Em 1972, o Boletim de Psicologia, um periódico da Sociedade de Psicologia de São Paulo, publicou uma edição temática sobre o “homossexualismo”. Nessa edição, podemos destacar o artigo “O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral” (KOLCK, 1972). O texto revela que, possivelmente, haveria mais de um *coletivo* operando com *estilos de pensamento* sobre a definição conceitual dos diagnósticos, em longa duração.

Além do diagnóstico, alguns textos indicaram sua terapêutica, como no diagnóstico de “dislexia”, em que a autora Novaes (1963) abordava a reeducação de crianças com este diagnóstico. Em suas palavras: “As crianças disléxicas devem ser alfabetizadas de preferência pelo método analítico-sintético (...) exercícios de atenção e de concentração devem ser programados num esquema de reeducação

da dislexia” (p. 27). Ou, ainda, a Adrados (1964), sobre o diagnóstico da “homossexualidade”, “(...) quando submetidos a um tratamento psicoterápico competente e convenientemente orientados podem regredir e enquadrar sua conduta dentro da normalidade” (p.68), entendendo que caberia ao campo “psi” a solução de “problemas de ajustamento”, operando com o saudável. O “psicólogo” poderia “regredir” ou “enquadrar” a conduta desviante “à normalidade”. Assim, quando se falava de possíveis tratamentos, eles apontam a importância de terapêuticas do campo da “psi” e não citam, por exemplo, o uso de fármacos.

No eixo sobre métodos e técnicas, foi possível identificar várias opções, utilizadas para a produção de diagnósticos, como entrevistas, observação, estudo de desenhos e aplicação de testes. Dentre tais elementos, chama a atenção a frequência do uso de testes psicométricos. Dos 14 artigos analisados, apenas quatro deles não apresentavam a aplicação de testes. Desses, a frequência maior de utilização era o uso do Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), o Rorschach, e testes de inteligência, tal como a escala Stanford-Binet. Dentre esses testes, os textos apontam um predomínio do uso do teste de personalidade Rorschach, tendo seu nome sido apresentado já no título de quatro dos textos e citado como técnica para análise de critério diagnósticos em mais três textos, além desses. O Rorschach foi utilizado na análise diagnóstica de epilepsia, debilidade mental, homossexualidade, psicopatia e neurose compulsiva-obsessiva. Em alguns textos, o teste foi apresentado como fonte exclusiva de dados, como no diagnóstico da homossexualidade e, em outros, como fonte auxiliar, compondo uma bateria de testes, como no diagnóstico de neurose compulsivo-obsessiva.

Ainda sobre o uso dos testes, os textos não deixam claro quem realizava a sua aplicação. O único texto que aponta a aplicação do teste, efetuada por psicólogos, foi o artigo “Estudo de um caso de epilepsia mediante o teste de Rorschach”, no qual a autora nos diz: “...entretanto, cabe a nós, os psicólogos verificar mediante testes de inteligência e personalidade o estado psíquico do S. ...” (ADRADOS, 1962, p.55). Percebemos, por conseguinte, um fato a ser questionado: cabia a quem - a quais profissionais - a aplicação de testes, nas décadas de 1940, 1950 e 1960?

Outras duas técnicas trazidas, nos textos, são a análise da projeção do esquema corporal por meio do desenho da figura humana e do desenho com tema de árvore, ambos utilizados no diagnóstico de “esquizofrenia”. Os dois textos são de

autoria de Arruda, psiquiatra, mas, neles, o autor não fez referência a conceitos diagnósticos com base na Psiquiatria. Unicamente utilizou-se de técnicas que parecem estar, preferencialmente, no campo “psi”, assim como revela a citação:

Asi, em lo relativo a la técnica utilizada para el esclarecimiento del transtorno esquizofrênico, a través del esquema corporal, utilizando los dibujos de la figura humana o del próprio cuerpo, la investigación demonstro que um número relativamente reducido de características, poderian ser destacadas, que fiuesen típicas del grupo estudiado, ya que lás mismas podrian ser ocasionalmente encontradas em indivíduos portadores de outro tipo de enfermedad e también em personas sanas. (ARRUDA, 1958, p. 60)¹⁸

No que se refere a campos teóricos, chama-nos a atenção a presença da Psicanálise. Os textos, de forma geral, trazem a teoria psicanalítica nos conceitos diagnósticos, nas terapêuticas ou nas teorias que embasam as técnicas e práticas. No entanto, eles não fazem referência direta a Freud, historicamente constituído como proponente da Teoria Psicanalítica (LOUREIRO, 2005). O artigo “Ansiedade e agressividade em crianças pré-escolares” revela o embasamento teórico, na Psicanálise, quando a autora assevera “... Outro fato bem conhecido de educadores e de todos que se ocupam com psicanálise é o medo de pessoas que representam a força, o poder, o superego na vida da criança...” (KATZENSTEIN, 1951, p.21). Em outro texto, agora de autoria de Arruda (1959), a escrita também parece apoiar-se em conhecimentos psicanalíticos, para a observação e a descrição do diagnóstico de esquizofrenia. O diagnóstico de esquizofrenia foi apresentado a partir da observação da análise de produções de desenhos com tema de árvore. Arruda (1959, p.4) disse:

(...) o tema da árvore também no serviu para estabelecer um perfil psicológico do esquizofrênico que confirma e esclarece a psicopatologia clínica: 1 - há um afastamento da realidade; (...) 2 –há acentuada regressão da vida afetiva; (...) 3 – a angústia.

Notamos uma falta de citações das referências, ocasionando uma dificuldade em analisar as fontes e, por sua vez, em analisar quem seriam as fontes psicanalíticas presentes nos textos. Portanto, a informação não é suficiente para esclarecer o *coletivo de pensamento* que se apropriava do conhecimento psicanalítico, ficando livre e à mercê de cogitações como, por exemplo: seria uma justificativa a autora do

¹⁸ A citação feita em espanhol foi retirada e mantida da versão original dos ABP.

texto ser psicóloga e, assim, dizer que esse seria um *estilo de pensamento* do coletivo de psicólogos?

O mesmo texto de Arruda traz a importância de um trabalho interdisciplinar entre a Medicina e a Psicologia. O autor mostra que a observação por meio da produção de desenhos com tema de árvore era um método de diagnóstico clínico-psicológico. Em suas palavras:

A análise das produções espontâneas e dos desenhos solicitados (de acordo com os conhecimentos inicialmente evidenciados por K. Koch e por nós ampliados no setor psiquiátrico) permitiu o levantamento de um grupo de características que, pelo seu caráter objetivo, nos parecem suficientemente nítidas e frequentes para serem praticamente utilizadas como elementos de um método de diagnóstico clínico-psicológico). A partir do levantamento desses dados, podemos concluir (com Koch) que a árvore é um ótimo tema para a projeção da personalidade esquizofrênica (ARRUDA, 1959, p.1)

A citação ainda se orienta na direção de aproximar a prática da Psicologia e da Psiquiatria, para fins de diagnósticos mais precisos. Em outra passagem do texto, ele afirma:

Dessa investigação resultou, não só um melhor conhecimento da psicologia da pessoa esquizofrênica como também a convicção de que é cada vez maior a necessidade de um perfeito entrosamento entre a psicologia e a psiquiatria clínica com objetivos práticos de diagnósticos e de pesquisa. Alias esse entrosamento vem sendo procurado com grande afinho, ultimamente, a ponto de no XI Congresso Internacional de Psicotécnicos (1953) vários trabalhos importantes terem sido apresentados versando, particularmente, sobre a importância da pesquisa psicológica para a psiquiatria clínica (ARRUDA, ib.op.cit).

Independentemente da clareza, ou não, de quais *coletivos* ligavam-se, diretamente, à produção de diagnósticos, naquele período, sobressai, nos textos, a apresentação dos elementos que são tomados como análise dos *estilos de pensamentos* sobre critérios diagnósticos. Exemplificando, podemos notar características diagnósticas (homossexualismo e epilepsia), métodos e técnicas de intervenção (Rorschach e PMK) e indícios de pressupostos teóricos, com a Psicanálise. Ainda no campo teórico, os elementos citados nos textos sugerem que, na sua maioria, visavam a uma dinâmica da personalidade dos pacientes, como alguns traços de agressividade, sentimento de culpa, ansiedade, contato com a realidade e a avaliação, normalmente efetivada por meio da aplicação dos testes, das funções como intelectual, motricidade, afetividade, percepção e orientação. O

texto de Adrados (1964) sobre o estudo da sexualidade, mediante o teste de Rorschach, mostra:

A capacidade de atenção, de concentração, é boa, o controle consciente das funções intelectuais, apurado. Justamente esta capacidade de crítica e a fina sensibilidade do S., manifesta também no P.M.K., contribuem para agravar o conflito. Tem plena consciência de sua problemática, pretende intelectualizar todos os sentimentos, mas não pode, é demasiado sensível (ADRADOS, ib.op.cit, p.71).

Foi possível inferir, também, que as funções analisadas poderiam ser operadas com métodos e técnicas que circulam em diferentes ou por mais de um *coletivo*, como o de médicos e de psicólogos. Este dado permite, no futuro, uma análise mais precisa sobre quais são os *coletivos* e de que forma se utilizam dos métodos e técnicas.

Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi o de descrever e analisar textos que continham categorias diagnósticas que nos permitissem tatear possíveis controvérsias de variados *estilos de pensamentos*, produzidos por diferentes *coletivos de pensamentos*, presentes no período de 20 anos de publicação dos ABP. Para tanto, foram analisados 14 textos, classificados pelo periódico de Artigos Originais, que continham, em seus títulos, critérios diagnósticos orientados pelo DSM I.

Foi possível analisar que o Código diagnóstico DSM I, utilizado na seleção dos textos, pertence a um *coletivo de pensamento* bem definido, a Psiquiatria. No entanto, os textos pesquisados parecem revelar diferentes *coletivos*, operando com os critérios diagnósticos do DSM I e produzindo diagnósticos, naquele momento. Esses *coletivos* foram desvelados, inferindo *estilos de pensamentos* baseados em: (a) diagnósticos - o uso de manuais de transtornos mentais de base psiquiátricos, bem como outros conceitos delimitando diagnósticos; (b) uso de métodos e técnicas – destacaram-se, entre eles, o uso de testes psicométricos, de personalidade e inteligência, bem como o uso de técnicas de desenho e (c) campo teórico - embasamento psicanalítico.

Nossos resultados sugerem possíveis *coletivos de pensamento* que circulavam, no período de 1949 a 1968, nos ABP. Porém, tais resultados não

permitem nominá-los a partir de formação ou profissão, mas, sim, identificá-los a partir das análises de *estilos de pensamentos* que produziam. Mediante a identificação de tais *estilos*, algumas interrogações surgiram: Por que há uma ausência de conceitos diagnósticos baseados no DSM ou CID, uma vez que esses seriam Códigos Diagnósticos que poderiam nortear a prática “psi” da época? Quais eram os *coletivos* que se operavam com as técnicas de aplicação de testes? Por que a Psicanálise surgia, nos textos, como campo teórico prevalente? Quem eram, de fato, os “psicólogos” do período? A quais coletivos esses “psicólogos” pertenciam? Com que *estilos de pensamentos* os “psicólogos” operavam? etc.

Ao final, demarcamos algumas limitações metodológicas de nosso trabalho. Primeiramente, nosso estudo abordou apenas um periódico brasileiro vinculado, especificamente, à Psicologia. Consequentemente, não podemos extrapolar nossa análise para outros veículos, ou mesmo outras revistas de Psicologia, à época. Estudos futuros podem se focar em tais veículos e, portanto, ampliar as fontes primárias que nos auxiliem em uma análise de *estilos de pensamentos* vinculados às possíveis controvérsias “saúde mental” e “problemas de ajustamento”. Além disso, outras fontes primárias, tais como anais de congresso ou cartas, podem auxiliar na identificação de *coletivos de pensamento* existentes. No entanto, acreditamos que nosso estudo fornece indicativos de um padrão de produção no campo “psi”, em circulação na ciência, no periódico Arquivos Brasileiros de Psicologia.

Referências

ADRADOS, Isabel. Estudo da homossexualidade mediante o teste de Rorschach. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 16, n. 1, 1964, p.65-74. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14964/13863>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ADRADOS, Isabel. Estudo de um caso de epilepsia mediante o teste Rorschach. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 14, n. 3, 1962, p. 53-59 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14759/13658>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ARRUDA, Elso; FRANCHI, Lietti. V. Tema da árvore e esquizofrenia. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 11, n.1, 1962, p. 1-24. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13956/12844>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ARRUDA, Elso. Esquema corporal y esquizofrenia. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 10, n.1 e 2, 1958, p.57-78. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13909>>. Acesso em: 24 de jun. 2016.

BARRETO, João A. ; RIBEIRO, Luiz. S. Psicologia do Esporte – SOBRAPE. *Atlas do esporte no Brasil*. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/psicologia-esporte-150-sobrape>>. Acesso em 22 de jun. 2016

CAMPOS, Regina. H. F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP Nº 015/1996*. Brasília, DF, 1996.

DIAS, Regina S. Adrados, Isabel (1919-). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 61-62.

DSM *Diagnostic and Estatistical Manual Mental Disorder*. American Psichiatric association. Washington-D.C: American Psychological Association, 1952.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

JACÓ VILELA, Ana. Maria; SANTOS, Dejany. F; SILVA, Lucila.L. *Mulheres na Psicologia: os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*. IN XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO), 2007.

KATZENSTEIN, Betti. Ansiedade e agressividade em crianças pré-escolares. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 3, n. 4, 1951, p. 19-25. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13021/11901>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

KOLCK, Odette Lourenção Van. O homossexualismo através dos Testes Psicológicos em geral. *Boletim de Psicologia*, v.24, n.63, 1972, p.69-104.

LETA, Jacqueline. *As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso*. São Paulo, v. 17, n. 49. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016>. Acesso em: 22 de jun 2016

LOUREIRO, Ines. Luzes e sombras – Freud e o advento da Psicanálise. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p. 371-386.

LOURENÇO FILHO, Ruy. Cardoso, Ofélia Boisson (1894- 1994). In: CAMPOS, Regina. H. F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 120-121.

LÖWY, Iana. Ludwik Fleck e a presente história das ciências. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos [online]*, vol.1, n.1, 1994, p.7-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a03v01n1.pdf>>. Acesso em 18 maio 2016.

MOTA, Ana Maria Del Grossi; CASTRO, Elde; MIRANDA, Rodrigo Lopes. “Problemas de Ajustamento” e “Saúde Mental”: Controvérsias em torno de um objeto psicológico. In ALMEIDA, Luciane Pinho (Org.), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, pp. 55-74, 2016.

MOTA, Ana Maria Del Grossi; MIRANDA, Rodrigo Lopes. Desvelando Estilos de Pensamento - ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). In ALMEIDA, DUARTE, A.O.S.A.; CASSIMIRO, M.F.P.; CAMPOS, R. H. F. (orgs), **Psicologia, educação e o debate ambiental: questões históricas e contemporâneas**. Belo Horizonte FAE/UFMG; CDPHA, p. 331-344, 2017.

NOVAES, Maria Helena. A dislexia e o problema da lateralidade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 15, n. 4, 1963. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/viewFile/14949/13847>>. Acesso em: 22 de jun. 2016.

PENNA, Antônio. G. Arruda, Elso (1916-1995). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 27-28.

SEIDL-DE-MOURA, Maria Lúcia. Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) – 1970-1990. In JACÓ-VILELA, Ana Maria. (Org). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011, p.350-351.

A pesquisa mostrou que “saúde mental” era um conceito que circulava nos ABP. O próprio periódico categorizou onze textos com a rubrica de “saúde mental”. Alguns desdobramentos foram observados referentes a esse assunto. No primeiro deles, as noções de saúde mental e de doença mental estavam articuladas a uma visão de mundo que compreendia a relação do sujeito com a coletividade, com o meio em que vivia, enfatizando os aspectos socioculturais; portanto, entendia um sujeito multi-determinado, bio-psico-animico-existencial. Consequentemente, a normalidade estaria associada à habilidade desse sujeito desenvolver suas potencialidades, de forma harmônica consigo e com o ambiente, considerando-se a personalidade “normal” objeto de estudo da Psicologia. Dessa maneira, a “saúde mental” era objeto do psicólogo. Por sua vez, o aspecto patológico estaria relacionado ao comportamento desviado de uma certa norma estabelecida pela sociedade e pela cultura. Assim, o sujeito, nessa interação, adoeceria quando se desviasse de uma norma vigente, cabendo ao médico cuidar da personalidade e do tratamento da personalidade “anormal”.

Outro desdobramento que a pesquisa mostrou foi a relação entre a saúde mental e os modelos psiquiátricos. Nesse aspecto, foram apontados embates entre os dois modelos psiquiátricos. Um modelo psiquiátrico, baseado na alteração das funções psíquicas, chamado de “psiquiatria tradicional”, em oposição a outro modelo psiquiátrico, que estaria em construção, chamado de “nova psiquiatria”. Esta era interessada no funcionamento psicodinâmico normal dos indivíduos, em sociedade, compreendendo a Psicopatologia com ênfase no aspecto sociocultural, ou seja, o comportamento considerado desviante fora de uma norma estabelecida culturalmente, uma desadaptação do sujeito às normas sociais, percebido como um desequilíbrio bio-psico-animico-existencial. Consequentemente, os embates se estenderam às diferentes práticas terapêuticas. A pesquisa mostrou que o modelo de “psiquiatria tradicional” estaria a serviço de tratar a conduta anormal do indivíduo, não descrevendo, exatamente, como seria sua terapêutica. Em oposição a esse modelo, as práticas da “nova psiquiatria” estariam em construção, baseadas na prevenção, tratamento e reabilitação, propondo, ainda, que as intervenções fossem dentro da própria comunidade.

A pesquisa mostrou que as práticas preventivas configuram papel do psicólogo, uma vez que cabe a ele cuidar da saúde mental. No entanto, a reabilitação e o tratamento caberiam ao médico, pois o indivíduo adoecido estaria desajustado e em desequilíbrio. Parece que a pesquisa esbarrou em um ponto controverso, uma vez que tais discussões estavam presentes em um momento temporal, às voltas com a regulamentação da profissão do psicólogo, o que, talvez, influenciou o entendimento dos possíveis “problemas de ajustamento” que, mais tarde,

fariam parte da função do psicólogo: “solucionar problemas de ajustamento”, segundo a Lei nº4.119.

Porém, neste momento, caberia ao médico solucionar os “problemas de ajustamento”. No entanto, tal pesquisa não alcançou os elementos que definiriam o que estão chamando de “problemas de ajustamento”.

Sobre alguns estilos de pensamento, como diagnósticos, uso de métodos, técnicas e campo teórico, a pesquisa mostrou que não tiveram o uso identificado por coletivos específicos. No que diz respeito ao diagnóstico, estes eram produzidos por manuais de transtornos mentais de base psiquiátrica e ,também, por conhecimentos teóricos de base psicanalítica. Outro estilo apontado era o uso de métodos e técnicas, que eram operados com instrumentos, como entrevistas, observação, estudo de desenhos e aplicação de testes, especificamente os de personalidade (PMK e Rorschach), inteligência e de desenho. No que concerne ao campo teórico, a teoria psicanalítica pode ser identificada nos conceitos diagnósticos, nas terapêuticas e nos fundamentos que embasam as técnicas e as práticas. Sobre tais aspectos, a pesquisa mostrou que o modelo de “nova psiquiatria” produzia seus diagnósticos orientado pelo conhecimento psicodinâmico da psicanálise, tanto que os textos expressavam que esse saber conferia um “tom” de modernidade aos saberes psiquiátricos.

Ainda sobre os debates em saúde mental, a pesquisa apontou que os brasileiros tinham acesso relativamente rápido - de três anos, ou menos - aos textos atuais relacionados ao tema, além de haver um intercâmbio entre os países da América do Norte e do Sul. Este dado sugere que o debate brasileiro sobre a “saúde mental” era atualizado com um lapso de, mais ou menos, três anos e conectado àquilo que era discutido internacionalmente.

Faz-se necessário, por fim, demarcar as limitações metodológicas deste trabalho. Como foram acessados apenas vinte e cinco artigos, de um único periódico, não podemos inferir tal análise para outros autores publicados no Brasil, ou para outros veículos científicos. Além disso, considerando-se que uma parte das controvérsias envolvia o diagnóstico e a terapêutica dos “problemas de ajustamento”, ou “saúde mental”, outros artigos poderiam ser analisados no próprio periódico. Todavia, diante da menção aos “problemas de ajustamento”, as práticas terapêuticas exercidas pelo médico e, ainda, a falta de elementos que definiam o termo, novos estudos podem ser produzidos, no sentido de auxiliar na observação de elementos, no período de trâmite da regulamentação da profissão e da formação em Psicologia, iluminando outros aspectos da história da profissão, no país.

7.1 Referências

- ABADE, F. L. Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo, v.6, n. 1, p.15-24. 2005. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000100003>. Acesso em: 11 de mai. 2017.
- ALMEIDA, L. P. (Org.) (2016), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, pp. 55-74, 2016.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, M.; GUEDES, M. C. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: Novos estudos. São Paulo: EDUC e Cortez, 2004. p. 109-152.
- ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA. Índice remissivo da matéria publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1948-1968. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15700/14564>>. Acesso em: 22/02/ 2017.
- BAPTISTA, M. T. D. S. A Regulamentação da Profissão Psicologia: Documentos Que Explicitam o Processo Histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.30, p. 170-191. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11/05/2017.
- BAPTISTA, M. T. D. S. Idéias divulgadas em São Paulo durante o processo histórico da regulamentação da profissão de psicólogo. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 119-134. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2009000100011>. Acesso em: 11/05/2017.
- BARRETO, J. A.; RIBEIRO, L. S. Psicologia do Esporte – SOBRAPE. **Atlas do esporte no Brasil**. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/psicologia-esporte-150-sobrape>>. Acesso em 22/06/2016.
- BARROS, J. D. A. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/viewFile/21693/12765>>. Acesso em: 05/06/2016.
- BARROS, J. D. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1962.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 3.825-A de 1958. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicologia. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, DF, 1958.

BROZEK, J.; MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna**: a versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

BROZEK, J. Abordagem quantitativa: Wundt na América. In: BROZEK, J.; MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna**: a versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 12-24.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9-25. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12/05/ 2017.

CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001.

CAMPOS, R. H. F. Introdução à Historiografia da Psicologia. In: BROZEK, J., MASSIMI. **Historiografia da Psicologia Moderna**: a versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 25-32.

CAMPOS, R. H. F. **História da Psicologia**: Pesquisa, formação, ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/c2248/10>>. Acesso em: 05/10/2016.

CAMPOS, R. H. F. **Helena Antipoff**. Recife: Editora Massangana, 2010.

CAMPOS, R. H.; JACÓ-VILELA, A. M.; MASSIMI, M. Historiography of psychology in Brazil: pioneer works, recent developments. **History of Psychology**, v.13, n.3., p. 250-276. 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20977001>>. Acesso em: 11/05/2017.

CASTRO, A. C.; ALCÂNTARA, E. S. **Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA) – 1993**. In: JACÓ-VILELA, A. M. (Org.), **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011. p. 45-47

CENTOFANTE, R. Radecki e a Psicologia no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 3, n.1, p. 2-50. 1982. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931982000100001>. Acesso em: 28/10/ 2016.

CIELLO, F. J. “Máquina de fazer loucos” ou, o saber médico-psiquiátrico e a construção do alienado do século XIX. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores de História da Saúde Mental**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução CFP Nº 015/1996**. Brasília, DF, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil: inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar**. Brasília: CFP, 2013. p. 1-160. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Saude_mental.pdf>. Acesso em: 28/10/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Resolução CFP nº 018 de 20 de dezembro de 2000**. Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2000. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_17.pdf>. Acesso em: 11/05/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Resolução CFP Nº 3/2007**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007_3.pdf>. Acesso em: 11/05/2017.

CORDEIRO, M. P. Bibliometria e Análise de Redes Sociais: Possibilidades Metodológicas para a Psicologia Social da Ciência. **Revista Interinstitucional de Psicologia** 2 (1), 2009, P. 23-33 Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v2n1/v2n1a04.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

CRUZ, R. N. A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/exploratório. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7Y3K6Z>> . Acesso em: 28/05/2016.

DANZIGER, K. Where history, theory, and philosophy meet the biography of psychological objects. In: HILL, D. B.; KRAL, M. J. (Org.). **About psychology: Essays at the crossroads of history, theory and philosophy**. Albany: SUNY Press, 2003. p. 19-33.

DASTON, L. Introduction: the coming into being of scientific objects. Em DASTON, L. (Org.). **Biographies of scientific objects**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. p. 15-41.

DIAS, R. S. Adrados, Isabel (1919-). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 61-62.

DSM. **Diagnostic and Estatistical Manual Mental Disorder. American Psichiatric association**. Washington-D.C: American Psychological Association, 1952.

DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia, Natal [online]**, v.3, n. 1, p. 53-81. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

ENGEL G. L. The American journal of Psychiatry: folklore or folkwisdom? **Ann Intern Med**. V. 5. Lown B, Verrier R.L., Rabinowitz, 1980.

ESCARDÓ, F.; GIBERTI, E. A saúde mental na primeira infância. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1. 1961. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>>. Acesso em: 22/04/2017.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Huzak, 2002.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1996.

FERREIRA, L. Teoria Ator-Rede I: críticas (à Cartografia de Controvérsias). In: **Anais do Simpósio em tecnologia digitais e sociabilidades**, Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: <http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/13n1_teorias_49474.pdf>. Acesso em: 28/10/2016.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FRANCO, I. C. M. **Cartografia das controvérsias: o uso da metodologia para o estudo de conflitos na IAD**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/269.pdf>>. Acesso em: 28/10/2016.

FREITAS, E. Origens e organizações do ISOP. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 109-123. 1973. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>>. Acesso em: 09/05/2017.

GOULART, M. S. B; DURÃES, F. A Reforma e os Hospitais Psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p.112-120. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a14.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

GREEN, C. D. Digital future for the history of psychology? **History of Psychology**, Vol. 19, No. 3, Aug 2016, 209-219. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=2016-35747-003>>. Acesso em: 11/05/2017.

GREEN, C. D.; FEINERER, I.; BURMAN, J. T. Beyond the schools of psychology 2: a digital analysis of psychological review, 1904–1923. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 50, n. 3, p. 249-279. 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24911464>>. Acesso em: 11/05/2017.

GREEN, C. D.; FEINERER, I.; BURMAN, J. T. Searching for the structure of early American psychology: networking psychological review, 1894–1908. **History of Psychology**, v. 18, n. 1, p. 15-31. 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25664883>>. Acesso em: 11/05/2017.

GUEDES, M. C.; GINSBERG, T. Atuação do Psicólogo Clínico. Análise de Dissertações em Periódicos Brasileiros e de Dissertações e Teses Defendidas no País no Período 80/92. In: FRANCISCO, A. L.; KLOMFAHS, C. R.; ROCHA, N. M. D.. (Org.). **Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Espaços**. 2ed.Campinas: Átomo, 2005. p. 20-32.

HINES, P. J. The dynamics of scientific controversies. **AgBioForum**, v.4, n.3-4, p. 186-193. 2001. Disponível em: <<http://www.agbioforum.org/v4n34/v4n34a06-hines.htm>>. Acesso em: 11/05/2017.

JACÓ-VILELA, A. M. Formação do psicólogo: um pouco de história. **Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 8, p. 79-91. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006>.

Acesso em: 11/05/2017.

JACÓ-VILELA, A. M. **Psicologia e Saúde no Brasil: interfaces históricas**. 2010

JACÓ-VILELA, A. M. **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Coordenação geral: Ana Maria Jacó Vilela. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011.

JACÓ VILELA, A. M.; SANTOS, D. F; SILVA, L. L. **Mulheres na Psicologia: os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**. In: **XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)**, 2007.

KATZENSTEIN, B. Ansiedade e agressividade em crianças pré-escolares. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 3, n. 4, 1951, p. 19-25. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13021/11901>>. Acesso em: 18/06/2016.

KOLCK, O. L. V. O homossexualismo através dos Testes Psicológicos em geral. **Boletim de Psicologia**, v.24, n.63, 1972, p.69-104.

KOYRÉ, A. **Estudos da história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. São Paulo, v. 17, n. 49. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016>.

Acesso em: 22/06/ 2016

LOUREIRO, I. Luzes e sombras – Freud e o advento da Psicanálise. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **História da Psicologia: Rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 371-386.

LOURENÇO FILHO, R. Cardoso, Ofélia Boisson (1894- 1994). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 120-121.

LÖWY, I. Ludwik Fleck e a presente história das ciências. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos [online]**, vol.1, n.1, 1994, p.7-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a03v01n1.pdf>>. Acesso em: 18/05/2016

LOPEZ, E. M. Mira y López. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 19, n.1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22/02/2016.

MASSIMI, M. Métodos de Investigação em História da Psicologia. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, v. 4, n. 2, p. 100-108, dez. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v4n2/v4n2a03.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

MARTIN, B.; RICHARDS, E. Scientific knowledge, controversy, and public decision-making. In: JASANOFF, S.; MARKLE, G. E.; PETERSEN, J. C.; PINCH, T. (Org.). **Handbook of Science and Technology Studies**. Newsbury: Sage, p. 506-526. 1995. Disponível em: < <http://www.bmartin.cc/pubs/95handbook.html> >. Acesso em: 11/05/2017.

MIRANDA, R. L. **O laboratório de psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 166f.

MOTA, A. M. D. G.; CASTRO, E.; MIRANDA, R. L. “Problemas de Ajustamento” e “Saúde Mental”: Controvérsias em torno de um objeto psicológico. In ALMEIDA, L. P. (Org.), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, pp. 55-74, 2016.

MOTA, A. M. D. G.; MIRANDA, R. L. Desvelando Estilos de Pensamento - ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). In DUARTE, A.O.S.A.; CASSIMIRO, M.F.P.; CAMPOS, R. H. F. (orgs), **Psicologia, educação e o debate ambiental: questões históricas e contemporâneas**. Belo Horizonte FAE/UFMG; CDPHA, p. 331-344, 2017.

NARASIMHAN, M. G. Controversy in Science. **Journal of Biosciences**, v.26, n.3, p. 299-304, 2001.

NETO, J. L. F. Psicologia e Saúde Mental: três momentos de uma história. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 78, p. 18-26, 2008. Disponível em: <<http://pucmg.br/documentos/tresmomentos.pdf?PHPSESSID=b67c09c018d1960018d5c94bc807d38b>>. Acesso em: 05/10/2016.

PENNA, A. G. Arruda, Elzo (1916-1995). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 61-62.

PIÑEDA, M. A. Modelos de psicologia e perfis de psicólogos na UBA e na UNLP – Influências de publicações e editoras em cursos introdutórios à psicologia: 1957-1982. In JACÓ-VILELA, A. M., PORTUGAL, F. T. (Orgs.), **Clio-Psyché: Instituições, história, psicologia**. Rio de Janeiro: Outrasletras, 2014. p.279-304.

PINTO, K. P. Velloso, Elisa Dias (1914-). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 376-378.

RIBEIRO, J. L. P. (2011). A Psicologia da Saúde. Em R. F., ALVES. (Org.). **Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa** [online]. Campina Grande: EDUEPB. pp. 23-64. ISBN 978-85-7879-192-6. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22/02/2017

ROSAS, P. S. Mira y Lopez, Emílio (1896-1964). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros da psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 238-240.

RUDÁ, C.; COUTINHO, D.; ALMEIDA FILHO, N. Formação em Psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum: memória e história em psicologia**, v.29, p. 59-85. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18385/1/rudacoutinhoalmeidafilho01.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

PENNA, A. G. Arruda, Elzo (1916-1995). In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**: pioneiros da psicologia brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2001. p. 27-28.

PROEÇA, E. L.; FIGUEIREDO, T. A. M. **As concepções de loucura no Brasil da segunda metade dos oitocentos**. 2011

SEIDL-DE-MOURA, M. L. Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) – 1970-1990. In: JACÓ-VILELA, A.. (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011, p.350-351.

SEMINÉRIO, F. P. O ISOP aos 25 anos. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 109-123. 1973. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>>. Acesso em: 11/05/2017.

SILVA, P. H. G. A produção historiográfica em revista: uma análise da Revista de História na década de 1950. In: **7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia**: diálogos Brasil-Alemanha, 2013 Ouro Preto. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

SILVA, A. P. B.; GODOY, J. M. T. Historiografia e os Fenômenos Religiosos: análise da história da USP. In: **XIX Encontro de Iniciação Científica e IV Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**, 2014, Campinas. Campinas, SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014. Disponível em <http://www.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2014814_155240_644620501_resnap.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

TENÓRIO, F. A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Ciência e Profissão**, v. 9, n. 1, p. 25-59. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 28/10/2016.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understand**, v. 19, n. 3, p. 258-273. 2010. Disponível em: <<http://spk.michael-flower.com/resources/DivingInMagma.pdf>>. Acesso em: 11/05/2017.

YOUNG, J. L.; GREEN, C. D.. An exploratory digital analysis of the early years of G. Stanley Hall's American Journal of Psychology and Pedagogical Seminary. **History of Psychology**, v. 16, n. 4, p. 249-268. 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23815074>>. Acesso em: 11 de mai. 2017.

7.2 Fontes

ADRADOS, I. Estudo da homossexualidade mediante o teste de Rorschach. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 16, n. 1, p. 65-74. 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14964/13863>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ADRADOS, I. Estudo de um caso de epilepsia mediante o teste Rorschach. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 14, n. 3, p. 53-59. 1962. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14759/13658>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ARRUDA, E; FRANCHI, L. V. Tema da árvore e esquizofrenia. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 11, n.1, p. 1-24. 1962. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13956/12844>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

ARRUDA, E. Esquema corporal y esquizofrenia. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 10, n.1 e 2, p. 57-78. 1958. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13909>>. Acesso em: 24 de jun. 2016.

ARRUDA, E. Preferência e animadversão por certas tarefas e a higiene mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 61-71. 1959. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14118/12984>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ARRUDA, E. Informe de la organizacion de un Departamento de Psicologia e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidad del Oriente. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 81-98. 1966. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15411/14292>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ARRUDA, E. Estado atual da promoção e defesa da saúde mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2 p. 35-45. 1968. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/16013/14838>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

AUGRAS, M. Contribuição ao estudo das inter-relações num serviço de psiquiatria. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 60-72. 1961. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14660/13562>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ESCARDÓ, F.; GIBERTI, E. A saúde mental na primeira infância. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 5-15. 1961. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14640/13542>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

GERSCOVICH, J. (1966). Psiquiatria dinâmica e saúde mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, 18(2). Retirado em 22/02/2017, no Wold Wide Web: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14660/13562> .

NOVAES, M. H. A dislexia e o problema da lateralidade . **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 15, n. 4, p23-36. 1963. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/viewFile/14949/13847>>. Acesso em: 22 de jun. 2016.

VELLOSO, E. D. Serviços de saúde mental nos Estados Unidos. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 87-125. 1967. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15700/14564> >. Acesso em: 22 fev. 2016.

KATZENSTEIN, B. Ansiedade e agressividade em crianças pré-escolares. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 3, n. 4, 1951, p. 19-25. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13021/11901>>. Acesso em: 18/06/2016.